

UNICASA

**Proposta da Administração
2018**



1. CONVOCAÇÃO

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.
CNPJ/MF: 90.441.460/0001-48
NIRE: 43.300.044.513-RS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da Unicasa Indústria de Móveis S.A. (“Unicasa”) convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 27 de abril de 2018, às 13:30 horas, na sede social localizada na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia Federal BR-470, km 212,930, bairro São Vendelino, CEP 95707-540, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Em Assembleia Geral Ordinária

- a. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2017 acompanhadas do Relatório do Auditor Independente;
- b. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017;
- c. Eleger os membros do Conselho de Administração para um mandato de dois anos, fixando o número de membros a serem eleitos;
- d. Fixar a remuneração global dos Administradores para o exercício de 2018.

INSTRUÇÕES GERAIS:

- 1. DOCUMENTOS:** Conforme o artigo 10 do estatuto social da Companhia os acionistas deverão apresentar documento hábil de identidade e comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade ou para os acionistas participantes da custódia fungível o extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pela instituição de custódia fungível ou outro órgão competente, até 2 dias úteis antes da data de realização da Assembleia Geral;
- 2. PROCURADORES:** Os acionistas poderão se fazer representar por procurador constituído há menos de 1 ano que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que representem os condôminos. A firma da procuração poderá ser reconhecida por semelhança ou autenticidade;
- 3. ENTREGA DOS DOCUMENTOS:** A Companhia solicita que os mandados e demais documentos de representação na Assembleia sejam encaminhados com antecedência de no mínimo 48 horas da data de realização da Assembleia para o seguinte endereço: Rodovia Federal BR-470, Km 212,930, Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul Brasil – CEP 95707-540, aos cuidados do Sr. Gustavo Dall’Onder, Diretor Financeiro e de RI. Para facilitar a participação dos acionistas a Companhia receberá os documentos por e-mail (dri@unicasamoveis.com.br) com a entrega dos respectivos originais no dia da reunião. Em cumprimento à Instrução CVM nº 481/09, em seu artigo 5º, parágrafo 2º, o acionista que comparecer à assembleia, munido dos documentos exigidos poderá dela participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.
- 4. VOTO MÚLTIPLO:** Nos termos da Instrução CVM n.º 165/91, o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo na eleição de membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento).
- 5. VOTO A DISTÂNCIA:** A Companhia informa que as instruções para o voto a distância constam no Manual da Assembleia.
- 6. INFORMAÇÃO À DISPOSIÇÃO DOS ACIONISTAS:** Os documentos relacionados no art. 133 da Lei das S.A. foram publicados no Jornal do Comércio e no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul no dia 18 de março de 2018, estando à disposição dos acionistas, juntamente com a Proposta da Administração e demais documentos relativos à ordem do dia, na sede da Companhia, podendo também

ser consultados nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.unicasamoveis.com.br/ri), em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM nº 481/2009.

Bento Gonçalves, RS, 28 de março de 2018.

Gelson Luis Rostirolla

Presidente do Conselho de Administração

Esse edital de convocação será publicado no Jornal do Comércio e no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, na edição do dia 12 de abril de 2018 e republicado nos dias 19 e 24 de abril de 2018.

ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAR DA ASSEMBLEIA GERAL

Os acionistas e/ou seus representantes que desejarem participar da Assembleia Geral deverão se apresentar alguns minutos antes do horário indicado, portando os seguintes documentos, conforme previsto no artigo 10 do Estatuto Social da Companhia:

(i) documento hábil de identidade: A Companhia considerará como documento hábil de identidade os seguintes documentos com foto recente: (a) carteira de identidade nacional (RG); (b) carteira de identidade de registro de estrangeiro (RNE); (c) passaporte válido; (c) carteira de classe expedida por órgão oficial. Se for investidor pessoa jurídica deve portar o original ou cópia autenticada dos documentos societários devidamente registrados nos órgãos oficiais e que identifiquem a forma de representação legal da pessoa jurídica (sugere-se portar a Ata de Eleição ou Certidão emitida pela Junta Comercial e o Estatuto Social ou o Contrato Social). No caso dos fundos de investimento e das pessoas jurídicas estrangeiras, os documentos de representação devem ser notariados e consularizados, não sendo necessária a tradução juramentada se a língua de origem do documento for o português, o inglês ou o espanhol. Documentos redigidos em outras línguas, só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para uma destas três línguas.

(ii) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, até 2 (dois) dias úteis antes da data da realização da Assembleia Geral;

(iii) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do procurador do acionista, o qual deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano, e ser acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos; e

(iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido, pela instituição responsável pela custódia fungível ou outro órgão competente, no máximo 2 (dois) dias antes da data da realização da Assembleia Geral.

ORIENTAÇÕES DE COMO VOTAR VIA BOLETIM DE VOTO A DISTANCIA

A Companhia disponibilizará o sistema de votação a distância estabelecido pelo artigo 21-A da Instrução CVM 481.

Nesse sentido, os acionistas poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias da Assembleia:

- I. Por instruções de preenchimento transmitidas para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central;
- II. Por instruções de preenchimento transmitidas para o escriturador das ações de emissão da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; ou
- III. Por boletim de voto a distância enviado diretamente à Companhia, no endereço: Rodovia BR 470 km 212,930, São Vendelino, CEP 95707-540, Bento Gonçalves/RS, Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores.

Caso haja divergência entre eventual boletim de voto a distância recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo escriturador com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação do escriturador prevalecerá, devendo o boletim recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada.

Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar pessoalmente da Assembleia Geral, portando os documentos exigidos conforme o quadro acima, e solicitar que as instruções de voto enviadas via boletim sejam desconsideradas.

Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos à Rodovia BR 470 km 212,930, São Vendelino, CEP 95707-540, Bento Gonçalves/RS, Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

- (a) Via física do Boletim de Voto devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (b) Cópia dos documentos descritos no item 4 acima, conforme o caso.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas dos documentos referidos em (a) e (b) acima para o endereço eletrônico dri@unicasamoveis.com.br, sendo que, nesse caso, também será necessário o envio da via original do boletim de voto e das cópias dos demais documentos requeridos, para a Rodovia BR 470 km 212,930, São Vendelino, CEP 95707-540, Bento Gonçalves/RS, Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores.

Uma vez recebidos os documentos referidos em (a) e (b) acima, a Companhia avisará ao acionista acerca de seu recebimento e se o boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido ou da necessidade de retificação ou reenvio do boletim ou de outros documentos que o acompanham, nos termos da Instrução CVM nº 481.

Os documentos referidos em (a) e (b) acima deverão ser recebidos em até 7 dias antes da data das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, ou seja, até 20 de abril de 2018 (inclusive). Eventuais boletins de voto recepcionados pela Companhia após essa data serão desconsiderados.

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância.

2. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009, a Unicasa apresenta a proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária destacada a seguir, com base no Edital de Convocação, para Assembleia Geral a ser realizada no dia 27 de abril de 2018:

Anexo I – Boletim de Voto a Distância

[Página 11](#)

Anexo II – art. 9º, inciso III – Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência.

[Página 15](#)

Anexo III – art. 12º, inciso I e II – Proposta de remuneração dos administradores – Item 13 do Formulário de Referência

[Página 77](#)

Anexo IV – art. 10º – Eleição de cinco membros do Conselho de Administração – Item 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência

[Página 91](#)

Não será apresentado o Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09 devido à Companhia ter apurado prejuízo líquido no exercício de 2017.

1. ANEXO I – BOLETIM DE VOTO À DISTÂNCIA

Boletim de Voto a Distância Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) de 27/04/2018

Nome
CNPJ ou CPF do acionista
Endereço de e-mail para envio ao acionista da confirmação do recebimento do boletim pela Companhia
<p>Orientações de preenchimento</p> <p>O presente boletim deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto à distância, nos termos da Instrução CVM nº 481.</p> <p>Nesse caso, é imprescindível que os campos acima sejam preenchidos com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número do Cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato.</p> <p>Além disso, para que este boletim de voto seja considerado válido e os votos aqui proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> - todos os campos abaixo deverão estar devidamente preenchidos; - todas as suas páginas deverão ser rubricadas; - ao final, o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá assinar o boletim; e, - não será exigido o reconhecimento das firmas apostas no boletim, tampouco a sua consularização. <p>Em caso de adoção do processo de eleição do voto múltiplo, o acionista deve ter ciência de que a distribuição igualitária considerará a divisão do percentual de 100% entre os membros da chapa escolhida até as duas primeiras casas decimais, sem arredondamento, e que as frações de ações apuradas a partir da aplicação do percentual resultante não serão alocadas para nenhum candidato, sendo desconsideradas no procedimento de voto múltiplo, hipótese em que o acionista poderá não votar com a totalidade de suas ações.</p> <p>Importante esclarecer que a “Proposta da Administração” por vezes referida neste boletim, e à qual este boletim é anexo, encontra-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede social da Unicasa Indústria de Móveis S/A., no seu site de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.unicasamoveis.com.br), bem como nos sites da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br) e da CVM – Comissão de Valores Mobiliários (http://www.cvm.gov.br).</p> <p>Fica reservado à Companhia o direito de reapresentação do Boletim, desde que observadas as formalidades previstas na IN CVM nº 481/09.</p>
<p>Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante</p> <p>O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá: (i) preencher e enviar o presente boletim diretamente à Companhia, ou (ii) transmitir as instruções de preenchimento para prestadores de serviços aptos, conforme orientações abaixo:</p> <p>Exercício de voto por meio de prestadores de serviços – Sistema de voto a distância</p> <p>O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia, observadas as regras por esses determinadas. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia ou com o escriturador e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal.</p> <p>Os agentes de custódia encaminharão as manifestações de voto por eles recebidas à Central Depositária da BM&FBOVESPA que, por sua vez, gerará um mapa de votação a ser enviado ao escriturador da Companhia.</p>

Nos termos da Instrução CVM nº 481/09, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia ou para o escriturador em até 7 dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 20/04/2018 (inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia ou pelo escriturador.

Vale notar que, conforme determinado pela Instrução CVM nº 481/09, a Central Depositária da BM&FBOVESPA, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ. Adicionalmente, o escriturador, também em linha com a Instrução CVM nº 481/09, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos para a sede social na Rodovia BR 470 km 212,930, São vendelino, CEP: 95707-540, Bento Gonçalves/RS, Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

- (i) via física do presente boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (ii) cópia dos seguintes documentos:
 - (a) para pessoas físicas:
 - documento de identidade com foto do acionista;
 - No caso de procurador (constituído a menos de um ano da data da AGO), enviar procuração com firma reconhecida e a identidade do procurador.
 - (b) para pessoas jurídicas:
 - último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e
 - documento de identidade com foto do representante legal.
 - (c) para fundos de investimento:
 - último regulamento consolidado do fundo;
 - estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e
 - documento de identidade com foto do representante legal.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas deste boletim e dos documentos acima mencionados para o endereço eletrônico dri@unicasamoveis.com.br, sendo que, nesse caso, também será necessário o envio da via original deste boletim e da cópia dos documentos requeridos até o dia 20/04/2018, inclusive, para a Rodovia BR 470 km 212,930, São vendelino, CEP: 95707-540, Bento Gonçalves/RS, Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores.

A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Uma vez recebidos o boletim e respectivas documentações exigidas, a Companhia avisará ao acionista acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos da Instrução CVM nº 481/09.

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância.

Endereços postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à Companhia:

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S/A

A/C. Departamento de Relações com Investidores
Rodovia BR 470 km 212,930
São Vendelino
Bento Gonçalves, RS, CEP: 95707-540
e-mail: dri@unicasamoveis.com.br

Indicação da instituição contratada pela Companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários:

A Itáú Corretora de Valores S.A., agente escriturador das ações da Companhia, criou o site. Assembleia Digital, uma solução segura onde é possível realizar o voto a distância. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e o passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <http://www.itau.com.br/securitieservices/assembleiadigital/>

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar
Itaim Bibi - São Paulo, SP - CEP: 04538-132

Atendimento a acionistas:

3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas)

0800 7209285 (demais localidades)

O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h.

Email: atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br

Deliberações/ Questões relacionadas à Assembleia Geral Ordinária

4. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2017 acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Aprovar Rejeitar Abster-se

5. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, conforme Proposta da Administração da Companhia

Aprovar Rejeitar Abster-se

3. Fixar a remuneração global dos Administradores para o exercício de 2018 no montante anual de até R\$ 1.720.000,00 (hum milhão setecentos e vinte mil reais), sendo até R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) para o conselho de administração e até R\$ 1.480.000,00 (hum milhão quatrocentos e oitenta mil reais) para a Diretoria conforme proposta da Administração da Companhia.

Aprovar Rejeitar Abster-se

14. Definir que o Conselho de Administração será composto por 5 membros, para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2020.

Sim Não Abster-se

13. Deseja requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição do Conselho de Administração, nos termos do art. 141, da Lei nº 6.404/76?

Sim Não Abster-se

Eleição do conselho de administração por chapa única

Chapa da Administração

Gelson Luis Rostirolla – Presidente do Conselho de Administração

Alexandre Grendene Bartelle – Vice-Presidente do Conselho de Administração

Frank Zietolie – Conselheiro

Daniel Ferreira Maia de Freitas – Conselheiro

Thiago Costa Jacinto – Conselheiro Independente

9. Indicação de todos os nomes que compõem a chapa – Chapa da Administração

Aprovar Rejeitar Abster-se

10. caso um dos Candidatos que compõem a chapa escolhida deixe de integrá-la, os votos correspondentes às suas ações podem continuar sendo conferidos à chapa escolhida?

Sim Não Abster-se

11. Em caso de adoção do processo de eleição por voto múltiplo, os votos correspondentes às suas ações devem ser distribuídos em percentuais iguais pelos membros da chapa que você escolheu?

Sim Não Abster-se

12. Visualização de todos os candidatos que compõem a chapa para indicação da % (porcentagem dos votos a ser atribuída

Gelson Luis Rostirolla – Presidente do Conselho de Administração [] %

Alexandre Grendene Bartelle – Vice-Presidente do Conselho de Administração [] %

Frank Zietolie – Conselheiro [] %

Daniel Ferreira Maia de Freitas – Conselheiro [] %

Thiago Costa Jacinto – Conselheiro Independente []

15. Deseja solicitar a eleição em separado de membro do Conselho de Administração, nos termos do art. 141, § 4º, I, da Lei nº 6.404/76?

* observação: o acionista somente pode preencher este campo caso seja titular ininterruptamente das ações com as quais vota durante os 3 meses imediatamente anteriores à realização da assembleia geral.

[] Sim [] Não [] Abster-se

8. Deseja requerer a instalação do conselho fiscal para o ano de 2018?

* Observação: esta deliberação não integra a ordem do dia da AGO, tendo sido inserida em atendimento ao disposto no artigo 21-K, parágrafo único, da IN CVM 481/09.

[] Sim [] Não [] Abster-se

Cidade: _____

Data: _____

Assinatura: _____

Nome do Acionista: _____

Telefone: _____

2. ANEXO II – COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

10. Comentários dos diretores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, vendemos 787,3 mil módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos uma receita líquida de vendas de R\$157,94 milhões, um EBITDA negativo de R\$4,11 milhões e um resultado negativo de R\$6,36 milhões.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, vendemos 1,01 milhão de módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos uma receita líquida de vendas de R\$185,06 milhões. O EBITDA foi negativo em R\$19,83 milhões e o resultado foi negativo em R\$24,26 milhões.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, vendemos 1,11 milhão de módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos uma receita líquida de vendas de R\$222,65 milhões, um EBITDA de R\$18,70 milhões e um lucro líquido de R\$13,11 milhões.

Em 31 de dezembro de 2017, contávamos com uma rede de distribuição de vendas com:

(i) 278 revendas Exclusivas;

(ii) 597 lojas Multimarcas e Pontos de Venda em Magazines (“Pontos de Venda Multimarcas”) e

(iii) no exterior contamos com 8 revendas Exclusivas e 38 lojas Multimarcas.

Nossos Diretores entendem que apresentamos condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o plano de negócio da Companhia e cumprir as obrigações de curto e médio prazo. O capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento das atividades e cobrir a necessidade de recursos de curto e médio prazo. Adicionalmente, nossos Diretores consideram que o parque fabril apresenta condições suficientes para atender à atual demanda, comportando inclusive a expansão de nossa capacidade produtiva sem a necessidade de realização de investimentos significativos em máquinas e equipamentos no médio prazo.

Em 31 de dezembro de 2017, nosso ativo circulante foi de R\$84,51 milhões (R\$89,07 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R\$109,57 milhões em 31 de dezembro de 2015) e superava em R\$46,06 milhões o nosso passivo circulante de R\$38,45 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 2,20 (1,94 em 31 de dezembro de 2016 e 1,75 em 31 de dezembro de 2015), isto é, para cada R\$1,00 de passivo circulante a companhia possui R\$2,20 de ativo circulante. Não possuímos dívidas bancárias em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, assim nosso caixa líquido em 31 de dezembro de 2017 é de R\$29,47 milhões (R\$32,61 milhões em 31 de dezembro de 2016, R\$33,20 milhões em 31 de dezembro de 2015). A seguir elencamos alguns índices de liquidez, nos três últimos exercícios sociais:

Índices de liquidez	2017	2016	2015
Liquidez geral	2,54	2,27	2,26
Liquidez corrente	2,20	1,94	1,75
Liquidez seca	1,68	1,48	1,33

A seguir elencamos alguns índices de rentabilidade, nos três últimos exercícios sociais:

Índices de rentabilidade	2017	2016	2015
Retorno s/ patrimônio líquido	-3,8%	-13,9%	6,6%
Margem líquida	-4,0%	-13,1%	5,9%
Margem Bruta	42,4%	43,1%	46,4%
Margem EBIT	-9,2%	-16,6%	3,6%

A seguir elencamos dados do Patrimônio Líquido, Endividamento e Posição de caixa:

PL, Endividamento e Caixa Líquido	2017	2016	2015
Patrimônio líquido	167.872	174.229	198.493
Empréstimos e financiamentos (CP e LP)	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	29.473	27.832	33.204
Aplicações Financeiras	-	4.779	4.446

(b) estrutura de capital

A Companhia possui uma estrutura de capital que não depende de capitais de terceiros para condução dos negócios. Realizamos nossos investimentos tanto fixos, quanto em capital de giro com recursos próprios.

Hipóteses de resgate

Não se aplica, pois a Companhia não tem ações resgatáveis emitidas.

Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica, pois a Companhia não tem ações resgatáveis emitidas.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Temos cumprido todas as obrigações referentes aos nossos compromissos financeiros, bem como mantido a regularidade dos pagamentos desses compromissos.

Balço patrimonial	2017	2016	2015
Ativo circulante	84.506	89.072	109.565
Ativo não circulante	131.857	144.648	158.251
Passivo circulante	38.445	45.958	62.680
Passivo não circulante	10.046	13.533	6.643
Patrimônio líquido	167.872	174.229	198.493

Analisando a nossa dívida e disponibilidade líquida ao longo dos períodos, nossos Diretores acreditam que temos liquidez e recursos de capital suficientes para cumprir com nossos investimentos e despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Se houver qualquer mudança no perfil de nossa dívida, caso seja necessário contrair empréstimos para financiar nossos investimentos e capital de giro, acreditamos ter capacidade para contratá-los junto a instituições financeiras de primeira linha.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

Detemos capacidade de financiar nossas operações e investimentos atuais com recursos próprios. Entretanto, poderemos recorrer a fontes de financiamento sempre que os custos destes recursos sejam suficientemente baixos no julgamento de nossa administração para gerarem valor aos nossos acionistas.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não temos deficiências de liquidez, não tivemos no passado e não há indícios de que esta situação possa ocorrer. O nosso capital de giro e nossos investimentos são financiados com recursos próprios.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 não possuímos endividamento bancário e contratos de financiamento em aberto. A Companhia não possui instrumentos

financeiros derivativos em aberto, nem possuiu em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos exercícios findos nas datas acima.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existem financiamentos contratados e não utilizados.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Esta seção trata da análise de nossas demonstrações de resultado, nossos fluxos de caixa e nossos balanços patrimoniais referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, além das variações percentuais para os respectivos períodos. As informações financeiras aqui incluídas foram obtidas e devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e em IFRS, e auditadas pelos auditores independentes da Companhia.

As Práticas Contábeis Adotadas no Brasil referem-se às práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, incorporando as alterações trazidas pela Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelas normas regulamentares da CVM e pelos pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Comparação das demonstrações de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Demonstração de Resultados (Em R\$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2017	AV ⁽¹⁾ (%)	2016	AV ⁽¹⁾ (%)	Δ	AH ⁽²⁾ 2017/2016
Receita bruta de vendas	216.741	137,2%	255.978	138,3%	(39.237)	-15,3%
Mercado interno	210.683	133,4%	250.691	135,5%	(40.008)	-16,0%
Mercado externo	6.058	3,8%	5.287	2,9%	771	14,6%
Deduções de vendas	(58.800)	-37,2%	(70.922)	-38,3%	12.122	-17,1%
Receita líquida de vendas	157.941	100,0%	185.056	100,0%	(27.115)	-14,7%
Custo dos produtos vendidos	(90.931)	-57,6%	(105.246)	-56,9%	14.315	-13,6%
Lucro bruto	67.010	42,4%	79.810	43,1%	(12.800)	-16,0%
Despesas com vendas	(58.371)	-37,0%	(79.414)	-42,9%	21.043	-26,5%
Despesas gerais e administrativas	(24.910)	-15,8%	(32.801)	-17,7%	7.891	-24,1%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.675	1,1%	1.637	0,9%	38	2,3%
Lucro (prejuízo) operacional	(14.596)	-9,2%	(30.768)	-16,6%	16.172	-52,6%
Despesas financeiras	(2.614)	-1,7%	(3.975)	-2,1%	1.361	-34,2%
Receitas financeiras	7.218	4,6%	11.796	6,4%	(4.578)	-38,8%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.992)	-6,3%	(22.947)	-12,4%	12.955	-56,5%
Imposto de renda e contribuição social	3.635	2,3%	(1.317)	-0,7%	4.952	-376,0%
Diferidos	3.635	2,3%	(1.317)	-0,7%	4.952	-376,0%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(6.357)	-4,0%	(24.264)	-13,1%	17.907	-73,8%

3. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Caros acionistas,

Durante o ano de 2017 novamente buscamos readequar a companhia ao cenário mais restrito, o ambiente econômico persiste desafiador. Além da readequação da estrutura da Companhia, seguimos encerrando operações que não obtiveram resultados sustentáveis ou que não se adequaram ao posicionamento estabelecido para nossas marcas.

Apesar das dificuldades que o cenário econômico nos apresentou, a Companhia continua investindo em produtos e inovação tecnológica. Durante o ano, realizamos mais um importante investimento que nos permite entregar um produto inédito ao mercado no início de 2018. Durante o ano, sedimentamos diversas alterações nos produtos para permitir maior diferenciação de nossas entregas, grande parte será lançado ao mercado durante o ano de 2018. Nesse sentido, o ano de 2018 reúne o maior número de mudanças em nosso portfólio realizadas em um único ano, um aumento de 35% em relação aos lançamentos realizados em 2017, um ano no qual já tivemos um volume alto de lançamentos.

Em 2017, nos aproximamos ainda mais de nosso consumidor final aplicando a metodologia do Net Promoter Score aos clientes da marca Dell Anno. Estamos contatando diretamente nosso consumidor final para ouvi-lo em relação à sua experiência de aquisição de móveis. Confirmando a importância desse projeto, em 2018, ampliaremos seu escopo e nos aproximaremos dos consumidores da marca Favorita.

Fomos reconhecidos com o prêmio Top de Marketing da ADVB na categoria “Moda e Arquitetura” pelo sucesso na conexão entre o mundo da moda, arquitetura e móveis com o conceito de “vestir a casa”. O prêmio é fruto do intenso investimento realizado pela Companhia no reposicionamento da marca Dell Anno.

Após completarmos mais um exercício de muito trabalho e convictos de que colheremos os frutos dessas ações no futuro, agradecemos a todos que fizeram parte dessa jornada. Nosso muito obrigado aos nossos clientes, lojistas, fornecedores e funcionários que confiaram na Companhia para vencer mais este ano e que constroem dia-a-dia as bases para que possamos continuar em busca dos nossos objetivos.

Receita Bruta de Vendas

Nossa receita bruta de vendas no mercado interno e externo atingiu R\$216,74 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma redução de 15,3% ou R\$39,24 milhões, comparados aos R\$255,98 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. A redução da receita bruta de vendas ocorreu, principalmente, devido à queda de 16,0% nas vendas no mercado interno, conforme explicado abaixo. A receita bruta do mercado interno representou 97,2% e do mercado externo 2,8% do total da receita bruta de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, e 97,9% e 2,1%, respectivamente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Mercado Interno

Nossa receita bruta de vendas para o mercado interno atingiu R\$210,68 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma redução de 16,0%, ou R\$40,00 milhões, comparados aos R\$250,69 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

No ano de 2017 vendemos para o mercado interno um volume de 760,96 mil módulos que representou uma queda de 22,01% ou 214,73 mil módulos em relação ao volume vendido em 2016 que foi de 975,69 mil módulos.

Durante 2017, encerramos 132 operações, redução de 32% na rede de distribuição. Conforme comentado na mensagem da administração, a redução é oriunda tanto por intervenções da Companhia como por consequência do cenário econômico do país e foi concentrada em operações de baixa produtividade e deficitárias.

Mercado Externo

Nossa receita bruta de vendas para o mercado externo atingiu R\$6,06 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou um crescimento de 14,6% ou R\$0,77 milhão, comparados aos R\$5,29 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Em 2017 o número de módulos vendidos foi de 26,36 mil módulos, já em 2016 foi de 25,45 mil módulos. As vendas ao mercado externo são afetadas por oscilações significativas em função das especificidades dos projetos comercializados e pela oscilação da moeda externa.

Deduções de Vendas

As deduções de vendas atingiram R\$58,80 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma queda de 17,1% ou R\$12,12 milhões,

comparados aos R\$70,92 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, conforme descrito abaixo.

Impostos sobre as Vendas

Impostos sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). Os impostos sobre vendas (ICMS, PIS, COFINS e CPRB) atingiram R\$48,31 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma redução de 16,1% ou R\$9,25 milhões, comparados aos R\$57,57 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, correspondendo, nos respectivos períodos, a 22,9% e 23,0% de nossa receita do mercado interno.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as vendas atingiu R\$8,94 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma queda de 15,8% ou R\$1,67 milhão, comparados aos R\$10,62 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, correspondendo aos respectivos períodos, a 4,1% e 4,1% de nossa receita bruta de vendas. A queda no IPI refere-se à redução da receita bruta.

Devoluções e Abatimentos

As devoluções de vendas atingiram R\$0,24 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma redução de 59,8% ou R\$0,36 milhão, comparados aos R\$0,61 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, correspondendo, nos respectivos períodos, a 0,2% e 0,3% de nossa receita líquida de vendas.

Ajuste a Valor Presente

O valor do Ajuste a Valor Presente (AVP) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$1,30 milhão, o que representou uma redução de 39,0% ou R\$0,83 milhão, comparado aos R\$2,12 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando 0,6% e 0,8% respectivamente de nossa receita bruta de vendas.

Receita Líquida de Vendas

Em razão dos fatores acima descritos, nossa receita líquida de vendas atingiu R\$157,94 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma redução de 14,7% ou R\$27,11 milhões, comparados aos R\$185,06 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Custos dos Produtos Vendidos

Nosso custo dos produtos vendidos atingiu R\$90,93 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma redução de 13,6% ou R\$14,31 milhões, comparado aos R\$105,25 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. O custo dos produtos vendidos em 2017 representou 57,6% da receita líquida de vendas e 56,9% no ano de 2016.

Lucro Bruto

Em razão dos fatores acima descritos, nosso lucro bruto atingiu R\$67,01 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma queda de 16,0% ou R\$12,8 milhões, comparados aos R\$79,81 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Nossa margem bruta que era de 43,1% no exercício social de 2016, diminuiu para 42,4% em 2017.

Despesas e Receitas Operacionais

Nossas despesas operacionais líquidas atingiram R\$81,61 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma queda de 26,2% ou R\$28,97 milhões, comparados aos R\$110,58 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, correspondendo nos respectivos períodos, a 51,7% e 59,8% da nossa receita líquida de vendas. A queda das despesas operacionais decorreu principalmente dos fatores listados a seguir:

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

Nossas despesas com vendas gerais e administrativas atingiram R\$83,28 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma queda de 25,8% ou R\$28,93 milhões, em relação aos R\$112,21 milhões registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, correspondendo nos respectivos períodos a 52,7% e 60,6% da nossa receita líquida de vendas. Esse aumento decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- I. As despesas com provisão para devedores duvidosos foram R\$9,7 milhões menores. Ao longo da reestruturação da rede que a Companhia executou, buscou-se reduzir a exposição a riscos, como consequência, as lojas que têm sido encerradas possuem menos obrigações correntes com a Companhia. A redução também é decorrente do fato de que 2016 concentrou maior número de encerramentos de lojas com pendências junto à Companhia.
- II. As despesas com lojas próprias foram R\$8,3 milhões menores devido à redução no escopo da operação, conforme divulgado no Release do 4T16.
- III. O efeito não recorrente da baixa dos fundos de comércio que a Companhia possuía, reduziu as despesas operacionais em R\$4,6 milhões. Em 2016, a Companhia baixou para despesa seu valor residual de fundos de comércio e incorreu em despesas contratuais de encerramento desses pontos de venda, conforme comentado no Release do 3T16 e 4T16. Ao efeito total da operação registrada em 2016, soma-se a redução da despesa de amortização do fundo de comércio incorridas em 2016 até o momento de sua baixa.
- IV. As despesas com pessoal reduziram R\$3,9 milhões, devido, principalmente, às reestruturações que foram promovidas na Companhia ao longo de 2016 e 2017.
- V. A redução nas demais despesas é oriunda, principalmente de: (i) despesas com publicidade, resultado das ações de otimização de recursos e da readequação dos investimentos nessa área; (ii) não recorrência de provisões para processos tributários realizadas no 4T16; e, (iii) redução nas despesas com assessorias.

Outras Receitas e Despesas Operacionais, Líquidas.

Nossas outras receitas operacionais, líquidas, atingiram R\$1,67 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou um aumento de 2,3% ou R\$0,04 milhão, comparado aos R\$1,64 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando respectivamente 1,1% e 0,9% da receita líquida de vendas de vendas.

Lucro (Prejuízo) operacional

Nosso resultado operacional apresentou prejuízo de R\$14,60 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma diminuição do prejuízo de 52,6% ou R\$16,17 milhões, comparados ao prejuízo operacional de R\$30,77 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, correspondendo, nos respectivos períodos, a -9,2% e -16,6% da nossa receita líquida de vendas.

Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras atingiram R\$2,61 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma diminuição de 34,2% ou R\$1,36 milhão comparados aos R\$3,97 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Tal variação ocorreu, principalmente, devido a: (i) redução nas despesas com variação cambial; e (ii) redução nos descontos financeiros concedidos a clientes.

Nossas despesas financeiras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 corresponderam, respectivamente a 1,7% e 2,1% da nossa receita líquida de vendas.

Receitas Financeiras

Nossas receitas financeiras atingiram R\$7,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma queda de 38,8% ou R\$4,58 milhões, comparados aos R\$11,79 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Esta variação ocorreu, principalmente, devido à redução de juros recebidos de clientes, redução de rendimentos de aplicações financeiras, redução do AVP da receita bruta, e redução da receita com variação cambial.

Nossas receitas financeiras, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, corresponderam, respectivamente, a 4,6% e 6,4% da nossa receita líquida de vendas.

Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social apresentou prejuízo de R\$9,99 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma redução de 56,5% ou R\$12,96 milhões, comparados ao prejuízo antes de Imposto de Renda e da Contribuição Social de R\$22,95 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, correspondendo, nos respectivos períodos a -6,3% e -12,4% da nossa receita líquida de vendas.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

No exercício de 2017, devido ao prejuízo fiscal, não ocorreu recolhimento de imposto de renda corrente. Em 2016, também não houve recolhimento de imposto de renda corrente, pois também registramos prejuízo.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido

No exercício de 2017, o principal impacto é a constituição de imposto de renda e contribuição social diferido referente ao prejuízo do exercício. Em 2016, o principal impacto na linha de imposto de renda e contribuição social diferido foi a reversão do prejuízo fiscal da nossa controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, tivemos prejuízo líquido de R\$6,36 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma diminuição de 73,8% ou R\$17,91 milhões, comparados ao prejuízo líquido de R\$24,64 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, correspondendo nos respectivos períodos, a uma margem líquida de -4,0% e -13,1% da nossa receita líquida de vendas.

Comparação das demonstrações de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Demonstração de Resultados (Em R\$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2016	AV ⁽¹⁾ (%)	2015	AV ⁽¹⁾ (%)	Δ	AH ⁽²⁾ 2016/2015
Receita bruta de vendas	255.978	138,3%	299.515	134,5%	43.537)	-14,5%
Mercado interno	250.691	135,5%	290.428	130,4%	(39.737)	-13,7%
Mercado externo	5.287	2,9%	9.087	4,1%	(3.800)	-41,8%
Deduções de vendas	(70.922)	-38,3%	(76.863)	-34,5%	5.941	-7,7%
Receita líquida de vendas	185.056	100,0%	222.652	100,0%	(37.596)	-16,9%
Custo dos produtos vendidos	(105.246)	-56,9%	(119.431)	-53,6%	14.185	-11,9%
Lucro bruto	79.810	43,1%	103.221	46,4%	(23.411)	-22,7%
Despesas com vendas	(79.414)	-42,9%	(78.266)	-35,2%	(1.148)	1,5%
Despesas gerais e administrativas	(32.801)	-17,7%	(20.473)	-9,2%	(12.328)	60,2%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.637	0,9%	3.531	1,6%	(1.894)	-53,6%
Lucro Operacional	(30.768)	-16,6%	8.013	3,6%	(38.781)	-484,0%
Despesas financeiras	(3.975)	-2,1%	(3.958)	-1,8%	(17)	0,4%
Receitas financeiras	11.796	6,4%	12.001	5,4%	(205)	-1,7%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(22.947)	-12,4%	16.056	7,2%	(39.003)	-242,9%
Imposto de renda e contribuição social	(1.317)	-0,7%	(2.951)	-1,3%	1.634	-55,4%
Correntes	-	0,0%	(878)	-0,4%	878	-100,0%
Diferidos	(1.317)	-0,7%	(2.073)	-0,9%	756	-36,5%
Lucro líquido do exercício	(24.264)	-13,1%	13.105	5,9%	(37.369)	-285,2%

Receita Bruta de Vendas

Nossa receita bruta de vendas no mercado interno e externo atingiu R\$255,98 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma redução de 14,5% ou R\$43,54 milhões, comparados aos R\$299,52 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. A redução da receita bruta de vendas ocorreu, principalmente, devido à queda de 13,7% nas vendas no mercado interno, conforme explicado abaixo. A receita bruta do mercado interno representou 97,9% e do mercado externo 2,1% do total da receita bruta de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, e 97% e 3,0%, respectivamente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Mercado Interno

Nossa receita bruta de vendas para o mercado interno atingiu R\$250,69 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma redução de 13,7%, ou R\$39,74 milhões, comparados aos R\$290,43 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

No ano de 2016 vendemos para o mercado interno um volume de 0,98 milhão de módulos que representou uma queda de 9,4% ou 0,10 mil módulos em relação ao volume vendido em 2015 que foi de 1,08 milhão de módulos.

A retração econômica é o principal fator que contribuiu para a queda das nossas vendas e para o encerramento de lojas, 70 revendas exclusivas em 2016.

Mercado Externo

Nossa receita bruta de vendas para o mercado externo atingiu R\$5,29 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma queda de 41,8% ou R\$3,80 milhões, comparados aos R\$9,09 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Em 2016 o número de módulos vendidos foi de 25,4 mil módulos, já em 2015 foi de 37,8 mil módulos. As vendas ao mercado externo são afetadas por oscilações significativas em função das especificidades dos projetos comercializados e pela oscilação da moeda externa.

Deduções de Vendas

As deduções de vendas atingiram R\$70,92 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma queda de 7,7% ou R\$5,94 milhões,

comparados aos R\$76,86 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, conforme descrito abaixo.

Impostos sobre as Vendas

Impostos sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). Os impostos sobre vendas (ICMS, PIS, COFINS e CPRB) atingiram R\$57,57 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma redução de 6,24% ou R\$3,83 milhões, comparados aos R\$61,40 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, correspondendo, nos respectivos períodos, a 23,0% e 21,1% de nossa receita do mercado interno. O aumento da representatividade dos impostos é decorrente, principalmente, do aumento da alíquota da CPRB que passou de 1% para 2,5%.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as vendas atingiu R\$10,62 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma queda de 14,0% ou R\$1,73 milhão, comparados aos R\$12,35 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, correspondendo aos respectivos períodos, a 4,1% e 4,1% de nossa receita bruta de vendas. A queda no IPI refere-se à redução da receita bruta.

Devoluções e Abatimentos

As devoluções de vendas atingiram R\$0,61 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma redução de 6,9% ou R\$0,04 milhão, comparados aos R\$0,65 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, correspondendo, nos respectivos períodos, a 0,3% e 0,3% de nossa receita líquida de vendas.

Ajuste a Valor Presente

O valor do Ajuste a Valor Presente (AVP) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$2,13 milhões, o que representou uma redução de 13,8% ou R\$0,34 milhão, comparado aos R\$2,47 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando 0,8% e 0,8% respectivamente de nossa receita bruta de vendas.

Receita Líquida de Vendas

Em razão dos fatores acima descritos, nossa receita líquida de vendas atingiu R\$185,06 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma redução de 16,9% ou R\$37,60 milhões, comparados aos R\$222,65 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Custos dos Produtos Vendidos

Nosso custo dos produtos vendidos atingiu R\$105,25 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma redução de 11,9% ou R\$14,18 milhões, comparado aos R\$119,43 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. O custo dos produtos vendidos em 2016 representou 56,9% da receita líquida de vendas e 53,6% no ano de 2015.

Esse aumento ocorreu, principalmente, por: (i) aumento da CPRB sobre a receita; (ii) aumento na concessão de descontos comerciais.

Lucro Bruto

Em razão dos fatores acima descritos, nosso lucro bruto atingiu R\$79,81 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma queda de 22,7% ou R\$23,41 milhões, comparados aos R\$103,22 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Nossa margem bruta que era de 46,4% no exercício social de 2015, diminuiu para 43,1% em 2016.

Despesas e Receitas Operacionais

Nossas despesas operacionais líquidas atingiram R\$110,58 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou um aumento de 16,1% ou R\$15,37 milhões, comparados aos R\$95,21 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, correspondendo nos respectivos períodos, a 59,8% e 42,8% da nossa receita líquida de vendas. O aumento das despesas operacionais decorreu principalmente dos fatores listados a seguir:

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

Nossas despesas com vendas gerais e administrativas atingiram R\$112,22 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou um aumento de 13,6% ou R\$13,48 milhões, em relação aos R\$98,74 milhões registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, correspondendo nos respectivos períodos

a 60,6% e 44,3% da nossa receita líquida de vendas. Esse aumento decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

(i) provisão para processos cíveis, trabalhistas e tributários que aumentou em R\$5,8 milhões, consequência da alteração do NCPC;

(ii) provisão para devedores duvidosos que aumentou em R\$1,2 milhão;

(iii) demais provisões que aumentaram em R\$0,8 milhão;

(iv) encerramento de pontos próprios operados por terceiros ocasionou a baixa do fundo de comércio investido nesses pontos, R\$3,1 milhões, assim como custos de encerramento de contrato, R\$1,0 milhão;

(v) despesas com lojas próprias foram superiores em R\$1,6 milhão, principalmente, devido aos gastos pré-operacionais de uma nova unidade e aos gastos com transição das lojas aos novos operadores;

(vi) despesas com publicidade foram R\$0,6 milhão menores devido ao menor gasto com veiculação de anúncios em revistas;

(vii) outras despesas foram menores em R\$0,3 milhão, principalmente devido à redução nos gastos com assessorias.

Outras Receitas e Despesas Operacionais, Líquidas.

Nossas outras receitas operacionais, líquidas, atingiram R\$1,64 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma queda de 53,6% ou R\$1,89 milhão, comparado aos R\$3,53 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando respectivamente 0,9% e 1,5% da receita líquida de vendas de vendas. Essa variação decorre, principalmente, da redução das receitas com direito de exploração de marcas que transacionamos em 2015 com alguns revendedores exclusivos.

Lucro (Prejuízo) operacional

Nosso resultado operacional apresentou prejuízo de R\$30,77 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma queda de 484% ou R\$38,78 milhões, comparados ao lucro operacional de R\$8,01 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, correspondendo, nos respectivos períodos, a -16,6% e 3,6% da nossa receita líquida de vendas.

Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras atingiram R\$3,98 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou um aumento de 0,4% ou R\$0,02 milhão comparados aos R\$3,96 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Tal variação ocorreu, principalmente, devido a: (i) despesa com juros de processos tributários; e, (ii) redução da despesa com AVP, decorrente do menor volume de renegociação contratuais com clientes.

Nossas despesas financeiras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 corresponderam, respectivamente a 2,1 e 1,8% da nossa receita líquida de vendas.

Receitas Financeiras

Nossas receitas financeiras atingiram R\$11,80 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma queda de 1,7% ou R\$0,20 milhão, comparados aos R\$12,00 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Esta variação ocorreu, principalmente, devido à redução de juros recebidos de clientes, redução do AVP da receita bruta, e redução da receita com variação cambial. Essas quedas foram parcialmente compensadas pelo aumento do rendimento com aplicações financeiras.

Nossas receitas financeiras, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, corresponderam, respectivamente, a 6,4% e 5,4% da nossa receita líquida de vendas.

Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social apresentou prejuízo de R\$22,95 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma queda de 242,9% ou R\$39,01 milhões, comparados ao lucro antes de Imposto de Renda e da Contribuição Social de R\$16,06 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, correspondendo, nos respectivos períodos a -12,4% e 7,2% da nossa receita líquida de vendas.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

No exercício de 2016, devido ao prejuízo fiscal, não ocorreu recolhimento de imposto de renda corrente. Em 2015, a despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente atingiu R\$0,88 milhão.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido

Em 2016, o principal impacto na linha de imposto de renda e contribuição social diferido foi a reversão do prejuízo fiscal da nossa controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda., conforme comentando na mensagem da administração.

Lucro Líquido do Exercício

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, tivemos prejuízo líquido de R\$24,26 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma queda de 285,2% ou R\$37,37 milhões, comparados ao lucro líquido de R\$13,11 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, correspondendo nos respectivos períodos, a uma margem líquida de -13,1% e 5,9% da nossa receita líquida de vendas.

Comparação das demonstrações de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Demonstração de Resultados (Em R\$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2015	(%)	2014	AV ⁽¹⁾ (%)	Δ	AH ⁽²⁾ 2015/2014
Receita bruta de vendas	299.515	134,5%	328.241	134,8%	(28.726)	-8,8%
Mercado interno	290.428	130,4%	321.293	131,9%	(30.865)	-9,6%
Mercado externo	9.087	4,1%	6.948	2,9%	2.139	30,8%
Deduções de vendas	(76.863)	-34,5%	(84.720)	-34,8%	7.857	-9,3%
Receita líquida de vendas	222.652	100,0%	243.521	100,0%	(20.869)	-8,6%
Custo dos produtos vendidos	(119.431)	-53,6%	(142.408)	-58,5%	22.977	-16,1%
Lucro bruto	103.221	46,4%	101.113	41,5%	2.108	2,1%
Despesas com vendas	(78.266)	-35,2%	(100.073)	-41,1%	21.807	-21,8%
Despesas gerais e administrativas	(20.473)	-9,2%	(18.137)	-7,4%	(2.336)	12,9%
Outras receitas operacionais, líquidas	3.531	1,6%	2.684	1,1%	847	31,6%
Lucro Operacional	8.013	3,6%	(14.413)	-5,9%	22.426	155,6%
Despesas financeiras	(3.958)	-1,8%	(4.345)	-1,8%	387	-8,9%
Receitas financeiras	12.001	5,4%	9.259	3,8%	2.742	29,6%
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	16.056	7,2%	(9.499)	-3,9%	25.555	269,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.951)	-1,3%	7.091	2,9%	(10.042)	-141,6%
Correntes	(878)	-0,4%	(614)	-0,3%	(264)	43,0%
Diferidos	(2.073)	-0,9%	7.705	3,2%	(9.778)	-126,9%
Lucro líquido do exercício	13.105	5,9%	(2.408)	-1,0%	15.513	644,2%

⁽¹⁾ Análise vertical (participação percentual dos itens sobre a receita líquida de vendas no mesmo período).

⁽²⁾ Análise horizontal (variação percentual de cada rubrica entre dois períodos).

Receita Bruta de Vendas

Nossa receita bruta de vendas no mercado interno e externo atingiu R\$299,52 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma redução de 8,8% ou R\$28,73 milhões, comparados aos R\$328,24 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. A redução da receita bruta de vendas ocorreu, principalmente, devido à queda de 9,6% nas vendas no mercado interno, conforme explicado abaixo. A receita bruta do mercado interno representou 97,0% e do mercado externo 3,0% do total da receita bruta de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, e 97,9% e 2,1%, respectivamente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Mercado Interno

Nossa receita bruta de vendas para o mercado interno atingiu R\$290,43 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma redução de 9,6%, ou R\$30,87 milhões, comparados aos R\$321,29 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

No ano de 2015 vendemos para o mercado interno um volume de 1,08 milhão de módulos que representou uma queda de 18,1% ou 0,24 mil módulos em relação ao volume vendido em 2014 que foi de 1,31 milhão de módulos.

A principal oscilação em nossa receita bruta do mercado interno ocorreu devido ao encerramento da relação comercial com um de nossos maiores revendedores no estado de São Paulo, conforme fato relevante divulgado em 28 de novembro de 2014.

Mercado Externo

Nossa receita bruta de vendas para o mercado externo atingiu R\$9,09 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 30,8% ou R\$2,14 milhões, comparados aos R\$6,95 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Em 2015 o número de módulos vendidos foi de 37,8 mil módulos, já em 2014 foi de 50,5 mil módulos. As vendas ao mercado externo são afetadas por oscilações significativas em função das especificidades dos projetos comercializados e pela oscilação da moeda externa.

Deduções de Vendas

As deduções de vendas atingiram R\$76,86 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma queda de 9,3% ou R\$7,86 milhões,

comparados aos R\$84,72 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, conforme descrito abaixo.

Impostos sobre as Vendas

Impostos sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). Os impostos sobre vendas (ICMS, PIS, COFINS e CPRB) atingiram R\$61,40 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma redução de 11,2% ou R\$6,89 milhões, comparados aos R\$68,29 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, correspondendo, nos respectivos períodos, a 21,1% e 21,3% de nossa receita do mercado interno. Portanto, a redução dos impostos sobre as vendas é decorrente da redução do faturamento.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as vendas atingiu R\$12,35 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 6,4% ou R\$0,75 milhão, comparados aos R\$11,60 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, correspondendo aos respectivos períodos, a 4,1% e 3,5% de nossa receita bruta de vendas. O aumento do montante do IPI sobre a receita bruta de vendas verificada em 2015 deve-se à volta da alíquota do imposto de 5% no ano de 2015. A alíquota do IPI foi reduzida de 5% para 0%, no período de 26 de março de 2012 até 31 de janeiro de 2013, passando a ser de 2,5% a partir de 1º de fevereiro de 2013, subindo para 3% a partir de 1º de julho de 2013 e para 3,5% a partir de 1º de outubro de 2013, passando para 4% em 1º de janeiro de 2014 e permanecendo nesse patamar até 31 de dezembro de 2014, voltando a 5% em 01 de janeiro de 2015. Os decretos utilizados pelo governo para majorar a alíquota do IPI no período foram: 7.879 de 27 de dezembro de 2012, 8.035 de 28 de junho de 2013, 8.116 de 30 de setembro de 2013, 8.169 de 23 de dezembro de 2013 e 8.280 de 30 de junho de 2014.

Devoluções e Abatimentos

As devoluções de vendas atingiram R\$0,65 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma redução de 57,6% ou R\$0,89 milhão, comparados aos R\$1,54 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, correspondendo, nos respectivos períodos, a 0,3% e 0,6% de nossa receita líquida de vendas. A redução deve-se ao aprimoramento do controle de qualidade sobre a produção.

Ajuste a Valor Presente

O valor do Ajuste a Valor Presente (AVP) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$2,47 milhões, o que representou uma redução de 25,1% ou R\$0,83 milhão, comparado aos R\$3,29 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando 0,8% e 1,0% respectivamente de nossa receita bruta de vendas. A redução deve-se à menor concessão de crédito no período.

Receita Líquida de Vendas

Em razão dos fatores acima descritos, nossa receita líquida de vendas atingiu R\$222,65 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma redução de 8,6% ou R\$20,87 milhões, comparados aos R\$243,52 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Custos dos Produtos Vendidos

Nosso custo dos produtos vendidos atingiu R\$119,43 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma redução de 16,1% ou R\$22,98 milhões, comparado aos R\$142,41 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. O custo dos produtos vendidos em 2015 representou 53,6% da receita líquida de vendas e 58,5% no ano de 2014.

Essa redução ocorreu, principalmente, por: (i) redução nos gastos gerais de fabricação; (ii) aumento da produtividade; (iii) maior representatividade das vendas realizadas pelas lojas próprias, onde na venda são captadas as margens ao consumidor final, que são naturalmente maiores do que as que vendemos aos nossos lojistas.

Lucro Bruto

Em razão dos fatores acima descritos, nosso lucro bruto atingiu R\$103,22 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 2,1% ou R\$2,11 milhões, comparados aos R\$101,11 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Nossa margem bruta que era de 41,5% no exercício social de 2014, aumentou para 46,4% em 2015.

Despesas e Receitas Operacionais

Nossas despesas operacionais líquidas atingiram R\$95,21 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma queda de 17,6% ou R\$20,32 milhões, comparados aos R\$115,53 milhões do exercício social encerrado em

31 de dezembro de 2014, correspondendo nos respectivos períodos, a 42,8% e 47,4% da nossa receita líquida de vendas. A queda das despesas operacionais decorreu principalmente dos fatores listados a seguir:

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

Nossas despesas com vendas gerais e administrativas atingiram R\$98,74 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma queda de 16,5% ou R\$19,47 milhões, em relação aos R\$118,21 milhões registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, correspondendo nos respectivos períodos a 44,3% e 48,5% da nossa receita líquida de vendas. Essa queda decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

(i) redução nas despesas com clientes de R\$14,2 milhões, devido à base maior em 2014 pelo registro de provisão para atendimento de clientes, conforme fato relevante divulgado em 28 de novembro de 2014. As despesas com clientes, líquidas do efeito da provisão, aumentaram R\$2,2 milhões no ano.;

(ii) reestruturação nas despesas de marketing, resultando em uma redução de R\$3,6 milhões;

(iii) reestruturação nas despesas de lojas próprias, principalmente as relacionadas à comissão por vendas e devido a despesas não recorrentes registradas no exercício de 2014. As despesas com lojas próprias foram menores em R\$1,7 milhão;

(iv) as despesas com provisões ficaram R\$0,6 milhão maiores do que no exercício de 2014, devido, principalmente, ao maior montante de provisão para devedores duvidosos;

(v) as demais despesas reduziram R\$0,6 milhão, principalmente, devido à descontinuidade da marca Telasul Modulados, representando menor gasto com frete e bonificação contratual e à menor despesa de pessoal.

Outras Receitas e Despesas Operacionais, Líquidas.

Nossas outras receitas operacionais, líquidas, atingiram R\$3,53 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 31,6% ou R\$0,85 milhão, comparado aos R\$2,68 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando respectivamente 1,5% e 1,1% da receita líquida de vendas de vendas. Esse aumento decorre, principalmente, da venda de bandeiras.

Lucro operacional

Nosso lucro operacional atingiu R\$8,01 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 155,6% ou R\$22,43 milhões, comparados ao prejuízo operacional de R\$14,41 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, correspondendo, nos respectivos períodos, a 3,6% e -5,9% da nossa receita líquida de vendas.

Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras atingiram R\$3,96 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma queda de 8,9% ou R\$0,39 milhão comparados aos R\$4,35 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Tal variação ocorreu, principalmente, devido à redução nas despesas com variação cambial e nas despesas com IOF e tarifas bancárias.

Nossas despesas financeiras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 corresponderam, respectivamente a 1,8% da nossa receita líquida de vendas.

Receitas Financeiras

Nossas receitas financeiras atingiram R\$12,00 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 29,6% ou R\$2,74 milhões, comparados aos R\$9,26 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Esta variação ocorreu, principalmente, devido ao rendimento de aplicações financeiras superiores aos de 2014 em virtude da melhor posição de caixa da Companhia durante 2015 e às receitas de variação cambial.

Nossas receitas financeiras, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, corresponderam, respectivamente, a 5,4% e 3,8% da nossa receita líquida de vendas.

Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social ficou em R\$16,06 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 269,0% ou R\$25,56 milhões, comparados ao prejuízo antes de Imposto de Renda e da Contribuição Social de R\$9,50 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014,

correspondendo, nos respectivos períodos a 7,2% e -3,9% da nossa receita líquida de vendas.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

Nossas despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente atingiram R\$0,88 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 43,0% ou R\$0,26 milhão, comparados aos R\$0,61 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Essa redução ocorreu principalmente devido a: (i) redução do juro sobre o capital próprio em relação a 2014; e, (ii) ausência de projetos considerados inovadores pelo MCTI, o que exclui os projetos desenvolvidos pela Companhia do benefício fiscal concedido pela lei 11.196/05 (“Lei do Bem”).

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido

Em 2015 o resultado do Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido foi despesa de R\$2,07 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma queda de 126,9%, comparados a uma receita de R\$7,71 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. Essa variação, ocorre principalmente, devido à realização da provisão para encerramento de relação comercial.

Lucro Líquido do Exercício

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso lucro líquido foi de R\$13,11 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 644,2% ou R\$15,51 milhões, comparados ao lucro líquido negativo de R\$2,41 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, correspondendo nos respectivos períodos, a uma margem líquida de 5,9% e - 1,0% da nossa receita líquida de vendas.

Análise do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017 comparado com o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016

Ativo	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	Δ	AH
Ativo Circulante	84.506	39,1%	89.072	38,1%	(4.566)	-5,1%
Caixa e Equivalentes de Caixa	29.473	13,6%	27.832	11,9%	1.641	5,9%
Aplicações Financeiras	-	0,0%	4.779	2,0%	(4.779)	-100,0%
Contas a Receber	23.641	10,9%	21.903	9,4%	1.738	7,9%
Estoques	19.770	9,1%	21.000	9,0%	(1.230)	-5,9%
Adiantamentos e Antecipações	837	0,4%	982	0,4%	(145)	-14,8%
Empréstimos Concedidos	1.456	0,7%	2.521	1,1%	(1.065)	-42,2%
Despesas Antecipadas	1.089	0,5%	876	0,4%	213	24,3%
Impostos a Recuperar	5.096	2,4%	6.631	2,8%	(1.535)	-23,1%
Outros Ativos Circulantes	3.144	1,5%	2.548	1,1%	596	23,4%
Ativo Não Circulante	131.857	60,9%	144.648	61,9%	(12.791)	-8,8%
Contas a Receber	11.633	5,4%	11.944	5,1%	(311)	-2,6%
Empréstimos Concedidos	2.606	1,2%	3.235	1,4%	(629)	-19,4%
Ativo Mantido para Venda	2.878	1,3%	11.006	4,7%	(8.128)	-73,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.238	7,5%	13.796	5,9%	2.442	17,7%
Depósitos Judiciais	2.946	1,4%	3.245	1,4%	(299)	-9,2%
Outros Ativos Não Circulantes	2.454	1,1%	3.035	1,3%	(581)	-19,1%
Investimentos Imobilizado	31	0,0%	82	0,0%	(51)	-62,2%
Intangível	82.398	38,1%	83.014	35,5%	(616)	-0,7%
	10.673	4,9%	15.291	6,5%	(4.618)	-30,2%
Total do Ativo	216.363	100%	233.720	100%	(17.357)	-7,4%
Passivo	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	Δ	AH
Passivo Circulante	38.445	17,8%	45.958	19,7%	(7.513)	-16,3%
Fornecedores	3.266	1,5%	3.343	1,4%	(77)	-2,3%
Obrigações Tributárias	2.718	1,3%	3.447	1,5%	(729)	-21,1%
Salários e Encargos Sociais	2.973	1,4%	3.827	1,6%	(854)	-22,3%
Adiantamento de Clientes	17.568	8,1%	25.496	10,9%	(7.928)	-31,1%
Provisões	8.703	4,0%	6.103	2,6%	2.600	42,6%
Outros Passivos Circulantes	3.217	1,5%	3.742	1,6%	(525)	-14,0%
Passivo Não Circulante	10.046	4,6%	13.533	5,8%	(3.487)	-25,8%
Obrigações Tributárias	471	0,2%	602	0,3	(131)	-21,8%
Provisões	9.575	4,4%	12.931	5,5%	(3.356)	-26,0%
Patrimônio Líquido	167.872	77,6%	174.229	74,5%	(6.357)	-3,6%
Capital Social	187.709	86,8%	187.709	80,3%	-	0,0%
Reservas de Capital	(2.658)	-1,2%	(2.658)	-1,1%	-	0,0%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	216.363	100,0%	233.720	100,0%	(17.357)	-7,4%

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$29,47 milhões em 31 de dezembro de 2017, aumentando 5,9% em comparação com R\$27,83 milhões em 31 de dezembro de 2016.

Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não possuía aplicações financeiras de liquidez não imediata (com vencimento acima de 90 dias), em 31 de dezembro de 2016 estas totalizavam R\$4,78 milhões, indexadas a 105% do DI e somente podendo ser resgatadas após o vencimento.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2017, as contas a receber de clientes no circulante totalizaram R\$23,64 milhões, representando um aumento de 7,9% ou R\$1,74 milhão, em relação ao montante de R\$21,90 milhões em 31 de dezembro de 2016.

O contas a receber (curto e longo prazo) encerrou o exercício de 2017 em R\$35,27 milhões, R\$1,43 milhão maior do que em 31 de dezembro de 2016. Os principais fatores que causaram essa variação são:

- (i) Aumento pela venda de imóveis mantidos para venda, R\$3,50 milhões;
- (ii) Aumento pela redução da provisão para devedores duvidosos, R\$1,37 milhão; e,
- (iii) Redução pela variação de receita, R\$3,47 milhões.

Estoques

Os estoques totalizaram R\$19,77 milhões em 31 de dezembro de 2017, diminuindo 5,9% ou R\$1,23 milhão, em comparação com os R\$21,00 milhões em 31 de dezembro de 2016. A variação decorre, principalmente, da redução da receita.

Adiantamento e antecipações

Não houve variação significativa nesta conta.

Empréstimos concedidos

Referem-se a empréstimos concedidos por nós a clientes, com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de revendas autorizadas e exclusivas. Os empréstimos têm remuneração média de 18,35% ao ano. Em garantia destas operações possuímos cartas de fiança dos sócios das lojas, bem como garantias hipotecárias em primeiro grau.

No curto prazo, os empréstimos concedidos totalizaram R\$1,46 milhões em 31 de dezembro de 2017, 42,1% menor ou R\$1,06 milhão, em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2016, R\$2,52 milhões.

No balanço, os empréstimos concedidos totalizaram R\$4,06 milhões em 31 de dezembro de 2017, reduzindo 29,4% ou R\$1,70 milhão em relação a 31 de dezembro de 2016. A queda no saldo se refere a: (i) redução pelo recebimento das parcelas no valor aproximado de R\$ 1,52 milhão; (ii) redução pela constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$0,98 milhão; e, (iii) aumento pela constituição de R\$0,80 milhão referente a novas concessões.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas totalizaram R\$1,09 milhão em 31 de dezembro de 2017, aumentando 24,3% ou R\$0,21 milhão em relação ao valor de R\$0,87 milhão em 31 de dezembro de 2016.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar totalizaram R\$5,10 milhões em 31 de dezembro de 2017, diminuindo R\$1,53 milhão em relação ao valor de R\$6,63 milhões em 31 de dezembro de 2016. A redução é referente a menor geração de impostos a recuperar devido a redução do prejuízo em 2017.

Outros ativos circulantes

Os outros ativos circulantes totalizaram R\$3,14 milhões em 31 de dezembro de 2017, aumentando R\$0,60 milhão em relação ao valor de R\$2,55 milhões em 31 de dezembro de 2016. Nesta conta estão registrados os seguintes créditos a receber:

(i) prêmio bancário a receber por meio de parceria junto a instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos, por financiamentos realizados por clientes através de nossa rede de revendedores exclusivos;

(ii) valores a receber de lojistas referentes à cooperação em campanhas de marketing; e,

(iii) saldo a receber de terceiros pela alienação das operações próprias mantidas pela controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda.

A principal variação nessa rubrica corresponde ao saldo a receber de terceiros pela alienação das operações próprias mantidas pela controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda.

Ativo Não Circulante

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do contas a receber de clientes no não circulante totalizou R\$11,63 milhões, apresentando uma queda de 2,6% ou R\$0,31 milhão, em relação ao montante de R\$11,94 milhões em 31 de dezembro de 2016. A variação do contas a receber, pode ser visualizada nas explicações dessa linha no curto prazo.

Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos totalizaram R\$2,61 milhões em 31 de dezembro de 2017, diminuindo 19,4% ou R\$0,63 milhão em comparação aos R\$3,23 milhões em 31 de dezembro de 2016. A variação dos empréstimos concedidos, pode ser visualizada nas explicações dessa linha no curto prazo.

Ativo mantido para venda

O ativo não circulante mantido para venda está composto substancialmente por terrenos, apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. Possuímos acordo com corretores especializados em vendas de imóveis e acreditamos que no curto prazo poderemos realizar a venda de tais ativos. Os valores são mantidos ao custo de aquisição sendo inferiores aos seus valores de mercado. O ativo mantido para venda totalizou R\$2,88 milhões em 31 de dezembro de 2017, diminuindo R\$8,13 milhões em relação aos R\$11,01 milhões em 31 de dezembro de 2016. A diminuição refere-se ao esforço feito em 2017 para a venda dos ativos, buscando a geração de caixa. Cerca de R\$3,53 milhões foram vendidos a prazo e foram transferidos para o Contrás a Receber.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos totalizou R\$16,24 milhões em 31 de dezembro de 2017, aumentando 17,7% em relação ao valor de R\$13,80 milhões em 31 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2017 a controladora apresentou prejuízo fiscal, e portando, constituiu R\$4,0 milhões de imposto de renda e contribuição social diferidos e reverteu R\$1,58 milhão referente a diferenças temporárias. Já na controlada, Unicasa Comércio de Móveis, não foi constituído Imposto de Renda e Contribuição Social diferido sobre o resultado, pois não há previsão de recuperação de créditos tributários, devido à redução do escopo da operação, conforme mensagem da Administração de 2016.

Para conciliar com a variação do resultado do exercício de R\$3,64 milhões de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido, é necessário acrescentar o efeito do Programa de Regularização Tributária (PRT) - MP nº 766/17, de R\$ 1,19 milhão, que a Companhia aderiu em 2017. Esta opção permitiu a liquidação de débitos tributários na razão de 20% em espécie, com o pagamento no montante de R\$0,3 milhão, e 80% com a utilização de créditos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL de sua controlada, no montante de R\$ 1,19 milhão de IR e CS diferidos.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais totalizaram R\$2,95 milhões em 31 de dezembro de 2017, diminuindo R\$0,30 milhão em relação aos R\$3,24 milhões em 31 de dezembro de 2016. As reduções decorrem, principalmente, de processos cíveis e tributários.

Outros ativos não circulantes

Os outros ativos não circulantes totalizaram R\$2,45 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$3,03 milhões em 31 de dezembro de 2016. A variação nessa conta decorre, principalmente, da classificação de prazo das parcelas da alienação das operações próprias mantidas pela Unicasa Comércio de Móveis Ltda., transferidas para o curto prazo.

Investimentos

Não houve variação significativa nesta conta.

Imobilizado

Nosso imobilizado totalizou R\$82,40 milhões em 31 de dezembro de 2017, diminuindo 0,7% em relação aos R\$83,01 milhões em 31 de dezembro de 2016. A redução decorre, principalmente, pela depreciação do imobilizado em maior nível do que as aquisições realizadas em 2017.

Intangível

Nosso intangível totalizou R\$10,67 milhões em 31 de dezembro de 2017, diminuindo R\$4,62 milhões em relação aos R\$15,30 milhões em 31 de dezembro de 2016. A redução decorre, principalmente, da: (i) amortização dos fundos de comércio; e (ii) alienação das operações próprias mantidas pela Unicasa Comércio de Móveis Ltda, no montante de R\$0,2 milhão.

Passivo Circulante**Fornecedores**

Nosso saldo com fornecedores totalizou R\$3,27 milhões em 31 de dezembro de 2017, diminuindo 2,3% ou R\$0,08 milhão em comparação aos R\$3,34 milhões em 31 de dezembro de 2016.

Obrigações tributárias

Nossas obrigações tributárias totalizaram R\$2,72 milhões em 31 de dezembro de 2017, diminuindo 21,4% ou R\$0,74 milhão em comparação aos R\$3,45 milhões em 31 de dezembro de 2016.

Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar

Devido ao prejuízo registrado no exercício de 2017, a Companhia não distribuirá Dividendos ou Juros sobre o Capital Próprio, conforme proposta da Diretoria e do Conselho de Administração a ser aprovada na Assembleia Geral de Acionistas de 2018.

Salários e encargos sociais

Nossos salários e encargos sociais totalizaram R\$2,97 milhões em 31 de dezembro de 2017, diminuindo 22,4% ou R\$0,86 milhão em comparação com os R\$3,83 milhões em 31 de dezembro de 2016. A queda decorre da redução do número de funcionários.

Adiantamentos de clientes

Nosso saldo de adiantamento de clientes totalizou R\$17,57 milhões em 31 de dezembro de 2017, diminuindo 31,1% ou R\$7,93 milhões em relação aos R\$25,50 milhões em 31 de dezembro de 2016. A queda da receita é o principal fator que contribui para essa variação.

Provisões

Nessa rubrica está registrada a provisão para cobrir obrigações assumidas sobre pedidos firmados com consumidores que se encontravam pendentes de entrega e montagem por parte dos revendedores. Seu saldo totalizou R\$8,70 milhões em 31 de dezembro de 2017, aumentando 42,6% ou R\$2,60 milhões em relação aos R\$6,10 milhões em 31 de dezembro de 2016.

Outros passivos circulantes

Essa rubrica totalizou R\$3,22 milhões em 31 de dezembro de 2017, reduzindo R\$0,53 milhão em comparação aos R\$3,74 milhões em 31 de dezembro de 2016.

Passivo Não Circulante**Obrigações Tributárias**

O saldo dessa rubrica refere-se ao parcelamento de IPI e imposto de importação referente a processo que a Companhia mantinha em discussão referente ao aproveitamento de créditos tributários realizados em 2002. Este processo estava totalmente provisionado.

Provisões

Nessa rubrica são registradas as provisões para processos cíveis, trabalhistas e tributários. Elas totalizaram R\$9,60 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$12,93 milhões em 31 de dezembro de 2016. A principal variação nessa rubrica, refere-se a reversão de processos cíveis da provisão pela realização.

Patrimônio Líquido

O nosso patrimônio líquido totalizou R\$167,87 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$174,23 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa redução decorre do prejuízo do exercício de 2017.

Análise do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 comparado com o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015

Ativo	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	Δ	AH
Ativo Circulante	89.072	38,1%	109.565	40,9%	(20.493)	-18,7%
Caixa e Equivalentes de Caixa	27.832	11,9%	33.204	12,4%	(5.372)	-16,2%
Aplicações Financeiras	4.779	2,0%	-	0,0%	4.779	n/a
Contas a Receber	21.903	9,4%	36.005	13,4%	(14.102)	-39,2%
Estoques	21.000	9,0%	25.946	9,7%	(4.946)	-19,1%
Adiantamentos e Antecipações	982	0,4%	1.066	0,4%	(84)	-7,9%
Empréstimos Concedidos	2.521	1,1%	3.838	1,4%	(1.317)	-34,3%
Despesas Antecipadas	876	0,4%	971	0,4%	(95)	-9,8%
Impostos a Recuperar	6.631	2,8%	6.794	2,5%	(163)	-2,4%
Outros Ativos Circulantes	2.548	1,1%	1.741	0,7%	807	46,4%
Ativo Não Circulante	144.648	61,9%	158.251	59,1%	(13.603)	-8,6%
Aplicações Financeiras	-	0,0%	4.446	1,7%	(4.446)	100,0%
Contas a Receber	11.944	5,1%	18.018	6,7%	(6.074)	-33,7%
Empréstimos Concedidos	3.235	1,4%	1.960	0,7%	1.275	65,1%
Ativo Mantido para Venda	11.006	4,7%	6.949	2,6%	4.057	58,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.796	5,9%	15.113	5,6%	(1.317)	-8,7%
Impostos a Recuperar	-	0,0%	7	0,0%	(7)	100,0%
Depósitos Judiciais	3.245	1,4%	4.891	1,8%	(1.646)	-33,7%
Outros Ativos Não Circulantes	3.035	1,3%	338	0,1%	2.697	797,9%
Investimentos	82	0,0%	82	0,0%	-	0,0%
Imobilizado	83.014	35,5%	83.277	31,1%	(263)	-0,3%
Intangível	15.291	6,5%	23.170	8,7%	(7.879)	-34,0%
Total do Ativo	233.720	100%	267.816	100%	(34.096)	-12,7%

Passivo	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	Δ	AH
Passivo Circulante	45.958	19,7%	62.680	23,4%	(16.722)	-26,7%
Fornecedores	3.343	1,4%	2.204	0,8%	1.139	51,7%
Obrigações Tributárias	3.447	1,5%	3.823	1,4%	(376)	-9,8%
Dividendos e JCP a Pagar	-	0,0%	6.774	2,5%	(6.774)	100,0%
Salários e Encargos Sociais	3.827	1,6%	4.693	1,8%	(866)	-18,5%
Adiantamento de Clientes	25.496	10,9%	33.608	12,5%	(8.112)	-24,1%
Provisões	6.103	2,6%	9.474	3,5%	(3.371)	-35,6%
Outros Passivos Circulantes	3.742	1,6%	2.104	0,8%	1.638	77,9%
Passivo Não Circulante	13.533	5,8%	6.643	2,5%	6.890	103,7%
Obrigações Tributárias	602	0,3%	-	0,0%	602	n/a
Provisões	12.931	5,5%	6.643	2,5%	6.288	94,7%
Patrimônio Líquido	174.229	74,5%	198.493	74,1%	(24.264)	-12,2%
Capital Social	187.709	80,3%	187.709	70,1%	-	0,0%
Reservas de Capital	(2.658)	-1,1%	(2.658)	-1,0%	-	0,0%
Reservas de Lucros	-	0,0%	13.442	5,0%	(13.442)	100,0%
Dividendos Adicionais Propostos	-	0,0%	-	0,0%	-	n/a
Prejuízos Acumulados	(10.822)	-4,6%	-	0,0%	(10.822)	n/a
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	233.720	100,0%	267.816	100,0%	(34.096)	-12,7%

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$27,83 milhões em 31 de dezembro de 2016, diminuindo 16,2% em comparação com R\$33,20 milhões em 31 de dezembro de 2015. Essa redução decorre da menor geração operacional de caixa.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras totalizaram R\$4,78 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse valor foi transferido do longo prazo devido ao vencimento das aplicações financeiras. Essa aplicação possui vencimento em 17/03/2017, está indexada a 105% do DI e somente poderá ser resgatada após o vencimento.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2016, as contas a receber de clientes no circulante totalizaram R\$21,90 milhões, representando uma redução de 39,2% ou R\$14,10 milhões, em relação ao montante de R\$36,00 milhões em 31 de dezembro de 2015.

O contas a receber (curto e longo prazo) encerrou o exercício de 2016 em R\$33,85 milhões, R\$20,17 milhões menor do que em 31 de dezembro de 2015. Os principais fatores que causaram essa variação são:

- (i) redução pelo aumento da provisão para devedores duvidosos, R\$9,0 milhões;
- (ii) redução pelo recebimento de imóveis para quitação de dívidas de clientes, R\$6,3 milhões;
- (ii) redução pela queda da receita, R\$4,9 milhões.

Estoques

Os estoques totalizaram R\$21,00 milhões em 31 de dezembro de 2016, diminuindo 19,1% ou R\$4,95 milhões, em comparação com os R\$25,95 milhões em 31 de dezembro de 2015. A variação decorre, principalmente, da redução da receita.

Adiantamento e antecipações

Não houve variação significativa nesta conta.

Empréstimos concedidos

Referem-se a empréstimos concedidos por nós a clientes, com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de revendas autorizadas e exclusivas. Os empréstimos têm remuneração média de 17,85% ao ano. Em garantia destas operações possuímos cartas de fiança dos sócios das lojas, bem como garantias hipotecárias em primeiro grau.

No curto prazo, os empréstimos concedidos totalizaram R\$2,52 milhões em 31 de dezembro de 2016, 34,3% menor ou R\$1,32 milhão, em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2015, R\$3,84 milhões.

No balanço, os empréstimos concedidos totalizaram R\$5,76 milhões em 31 de dezembro de 2016, reduzindo 0,7% ou R\$0,04 milhão em relação a 31 de dezembro de 2015.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas totalizaram R\$0,88 milhão em 31 de dezembro de 2016, diminuindo 9,8% ou R\$0,09 milhão em relação ao valor de R\$0,97 milhão em 31 de dezembro de 2015.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar totalizaram R\$6,63 milhões em 31 de dezembro de 2016, diminuindo R\$0,16 milhão em relação ao valor de R\$6,79 milhões em 31 de dezembro de 2015. Não houve variação significativa desse saldo.

Outros ativos circulantes

Os outros ativos circulantes totalizaram R\$2,55 milhão em 31 de dezembro de 2016, aumentando R\$0,81 milhão em relação ao valor de R\$1,74 milhão em 31 de dezembro de 2015. Nesta conta estão registrados os seguintes créditos a receber:

(i) prêmio bancário a receber por meio de parceria junto a instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos, por financiamentos realizados por clientes através de nossa rede de revendedores exclusivos;

(ii) valores a receber de lojistas referentes à cooperação em campanhas de marketing; e,

(iii) saldo a receber de terceiros pela alienação das operações próprias mantidas pela controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda.

A principal variação nessa rubrica corresponde ao saldo a receber de terceiros pela alienação das operações próprias mantidas pela controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda. Essa operação foi realizada no 4º trimestre de 2016.

Ativo Não Circulante

Aplicações Financeiras

A aplicação financeira mantida nessa rubrica foi transferida para o curto prazo devido ao seu vencimento.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do contas a receber de clientes no não circulante totalizou R\$11,94 milhões, apresentando uma queda de 33,7% ou R\$6,08 milhões, em relação ao montante de R\$18,02 milhões em 31 de dezembro de 2015. A variação do contas a receber, pode ser visualizada nas explicações dessa linha no curto prazo.

Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos totalizaram R\$3,24 milhão em 31 de dezembro de 2016, aumentando 65,1% ou R\$1,28 milhão em comparação aos R\$1,96 milhões em 31 de dezembro de 2015. O aumento no saldo se refere a concessão de novos empréstimos no ano de 2016.

Ativo mantido para venda

O ativo não circulante mantido para venda está composto substancialmente por terrenos, apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. Possuímos acordo com corretores especializados em vendas de imóveis e acreditamos que no curto prazo poderemos realizar a venda de tais ativos. Os valores são mantidos ao custo de aquisição sendo inferiores aos seus valores de mercado. O ativo mantido para venda totalizou R\$11,01 milhões em 31 de dezembro de 2016, aumentando R\$4,06 milhões em relação aos R\$6,95 milhões em 31 de dezembro de 2015. O aumento ocorreu devido ao recebimento de novos imóveis de clientes em função de redução de dívidas.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos totalizou R\$13,80 milhões em 31 de dezembro de 2016, diminuindo 8,7% em relação ao valor de R\$15,11 milhões em 31 de dezembro de 2015.

A administração da companhia no exercício de 2016, em decorrência da redução das atividades da sua controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda, revisou seu plano de negócios e concluiu que as projeções de lucros tributáveis futuros não serão suficientes para compensar os tributos diferidos registrados em um prazo razoável de tempo (10 anos), dessa forma em 31 de dezembro de 2016 foram revertidos créditos tributáveis de R\$6,67 milhões.

No exercício de 2016 a controladora apresentou prejuízo fiscal, e portando, constituiu R\$1,98 milhão de imposto de renda e contribuição social diferidos e constituiu R\$2,76 milhões referente a diferenças temporárias.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais totalizaram R\$3,24 milhões em 31 de dezembro de 2016, diminuindo R\$1,65 milhão em relação aos R\$4,89 milhões em 31 de dezembro de 2015. As reduções decorrem, principalmente, de processos cíveis e tributários.

Outros ativos não circulantes

Os outros ativos não circulantes totalizaram R\$3,04 milhão em 31 de dezembro de 2016 e R\$0,35 milhão em 31 de dezembro de 2015. A variação nessa conta decorre, principalmente, da parcela do longo prazo da alienação das operações próprias mantidas pela Unicasa Comércio de Móveis Ltda.

Investimentos

Não houve variação significativa nesta conta.

Imobilizado

Nosso imobilizado totalizou R\$83,01 milhões em 31 de dezembro de 2016, diminuindo 0,3% em relação aos R\$83,28 milhões em 31 de dezembro de 2015. A redução decorre, principalmente, pela depreciação do imobilizado em maior nível do que as aquisições realizadas em 2016.

Baixamos R\$1,93 milhão de bens do ativo imobilizado referentes à alienação das operações próprias mantidas pela Unicasa Comércio de Móveis Ltda. Essa baixa foi parcialmente compensada devido a compras de máquinas e equipamentos.

Intangível

Nosso intangível totalizou R\$15,29 milhões em 31 de dezembro de 2016, diminuindo R\$7,88 milhões em relação aos R\$23,17 milhões em 31 de dezembro de 2015. A redução decorre, principalmente, da: (i) amortização dos fundos de comércio; (ii) alienação das operações próprias mantidas pela Unicasa Comércio de Móveis Ltda, no montante de R\$ 0,5 milhão; e, (iii) encerramento de operações localizadas em pontos comerciais próprios operados por terceiros, R\$3,1 milhões. A Companhia possuía três pontos comerciais para os quais havia adquirido o direito de exploração junto a shopping center e os cedia a terceiros. O cenário macroeconômico levou esses lojistas a encerrarem as operações e contribuiu para o insucesso na captação de novos investidores para operar nesses pontos. Assim, baixamos o valor residual do fundo de comércio investido.

Passivo Circulante

Fornecedores

Nosso saldo com fornecedores totalizou R\$3,43 milhões em 31 de dezembro de 2016, aumentando 51,7% ou R\$1,13 milhão em comparação aos R\$2,20 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento decorre, principalmente, de compras realizadas de fornecedores com maior prazo para pagamento.

Obrigações tributárias

Nossas obrigações tributárias totalizaram R\$3,45 milhões em 31 de dezembro de 2016, diminuindo 9,8% ou R\$0,37 milhão em comparação aos R\$3,82 milhões em 31 de dezembro de 2015.

Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar

Devido ao prejuízo registrado no exercício de 2016, a Companhia não distribuirá Dividendos ou Juros sobre o Capital Próprio, conforme proposta da Diretoria e do Conselho de Administração a ser aprovada na Assembleia Geral de Acionistas de 2017.

Salários e encargos sociais

Nossos salários e encargos sociais totalizaram R\$3,83 milhões em 31 de dezembro de 2016, diminuindo 18,5% ou R\$0,86 milhão em comparação com os R\$4,69 milhões em 31 de dezembro de 2015. A queda decorre da redução do número de funcionários.

Adiantamentos de clientes

Nosso saldo de adiantamento de clientes totalizou R\$25,50 milhões em 31 de dezembro de 2016, diminuindo 24,1% ou R\$8,11 milhões em relação aos R\$33,61 milhões em 31 de dezembro de 2015. A queda da receita é o principal fator que contribui para essa variação

Provisões

Nessa rubrica está registrada a provisão para encerramento de relação comercial com revendedor, conforme fato relevante divulgado em 28 de novembro de 2014. Seu saldo totalizou R\$6,10 milhões em 31 de dezembro de 2016, reduzindo 35,6% ou R\$3,37 milhões em relação aos R\$9,47 milhões em 31 de dezembro de 2015. Essa redução decorre da realização da provisão pela entrega das mercadorias aos clientes.

Outros passivos circulantes

Essa rubrica totalizou R\$3,74 milhões em 31 de dezembro de 2016, aumentando R\$1,64 milhão em comparação aos R\$2,10 milhões em 31 de dezembro de 2015. A variação decorre, principalmente, do registro em 2016 de outras provisões de despesas.

Passivo Não Circulante**Obrigações Tributárias**

O saldo dessa rubrica refere-se ao parcelamento de IPI e imposto de importação referente a processo que a Companhia mantinha em discussão referente ao aproveitamento de créditos tributários realizados em 2002. Este processo estava totalmente provisionado.

Provisões

Nessa rubrica são registradas as provisões para processos cíveis, trabalhistas e tributários. Elas totalizaram R\$12,93 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R\$6,64 milhões em 31 de dezembro de 2015. A principal variação nessa rubrica, refere-se ao

aumento da provisão para processos cíveis. Em 18 de março de 2016, com a entrada em vigor do novo Código de Processo Cível (Lei 13.105/2015) e seguindo orientações de nossos assessores jurídicos, reavaliamos os processos cíveis em andamento em que a Companhia é parte solidária e, quando necessário, registramos um complemento de provisão para as causas classificadas como de perda provável.

Patrimônio Líquido

O nosso patrimônio líquido totalizou R\$174,23 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R\$198,49 milhões em 31 de dezembro de 2015. Essa redução decorre do prejuízo do exercício de 2016, o mesmo foi parcialmente absorvido, R\$13,44 milhões, pelas Reservas de Lucros, sendo o saldo remanescente, R\$10,82 milhões, mantido na rubrica de Prejuízos Acumulados.

Análise do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2015 comparado com o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014

Ativo	31/12/2015	AV	31/12/2014	AV	Δ	AH
Ativo Circulante	109.565	40,9%	109.884	40,7%	(319)	-0,3%
Caixa e Equivalentes de Caixa	33.204	12,4%	27.879	10,3%	5.325	19,1%
Contas a Receber	36.005	13,4%	46.918	17,4%	(10.913)	-23,3%
Estoques	25.946	9,7%	22.688	8,4%	3.258	14,4%
Adiantamentos e Antecipações	1.066	0,4%	1.066	0,4%	-	0,0%
Empréstimos Concedidos	3.838	1,4%	2.918	1,1%	920	31,5%
Despesas Antecipadas	971	0,4%	100	0,0%	871	871,0%
Impostos a Recuperar	6.794	2,5%	6.428	2,4%	366	5,7%
Outros Ativos Circulantes	1.741	0,7%	1.887	0,7%	(146)	-7,7%
Ativo Não Circulante	158.251	59,1%	160.098	59,3%	(1.847)	-1,2%
Aplicações Financeiras	4.446	1,7%	-	0,0%	4.446	0,0%
Contas a Receber	18.018	6,7%	12.867	4,8%	5.151	40,0%
Empréstimos Concedidos	1.960	0,7%	3.209	1,2%	(1.249)	-38,9%
Ativo Mantido para Venda	6.949	2,6%	9.063	3,4%	(2.114)	-23,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.113	5,6%	17.186	6,4%	(2.073)	-12,1%
Impostos a Recuperar	7	0,0%	15	0,0%	(8)	-53,3%
Depósitos Judiciais	4.891	1,8%	3.967	1,5%	924	23,3%
Outros Ativos Não Circulantes	338	0,1%	534	0,2%	(196)	-36,7%
Investimentos Imobilizado	82	0,0%	82	0,0%	-	0,0%
Intangível	83.277	31,1%	84.903	31,4%	(1.626)	-1,9%
	23.170	8,7%	28.272	10,5%	(5.102)	-18,0%
Total do Ativo	267.816	100%	269.982	100%	(2.166)	-0,8%
Passivo	31/12/2015	AV	31/12/2014	AV	Δ	AH
Passivo Circulante	62.680	23,4%	70.975	26,3%	(8.295)	-11,7%
Fornecedores	2.204	0,8%	4.133	1,5%	(1.929)	-46,7%
Obrigações Tributárias	3.823	1,4%	5.613	2,1%	(1.790)	-31,9%
Dividendos e JCP a Pagar	6.774	2,5%	9.069	3,4%	(2.295)	-25,3%
Salários e Encargos Sociais	4.693	1,8%	6.050	2,2%	(1.357)	-22,4%
Adiantamento de Clientes	33.608	12,5%	29.202	10,8%	4.406	15,1%
Provisões	9.474	3,5%	16.398	6,1%	(6.924)	-42,2%
Outros Passivos Circulantes	2.104	0,8%	510	0,2%	1.594	312,5%
Passivo Não Circulante	6.643	2,5%	6.118	2,3%	525	8,6%
Provisões	6.643	2,5%	6.118	2,3%	525	8,6%
Patrimônio Líquido	198.493	74,1%	192.889	71,4%	5.604	2,9%
Capital Social	187.709	70,1%	187.709	69,5%	-	0,0%
Reservas de Capital	(2.658)	-1,0%	(2.658)	-1,0%	-	0,0%
Reservas de Lucros	13.442	5,0%	7.838	2,9%	5.604	71,5%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	267.816	100,0%	269.982	100,0%	(2.166)	-0,8%

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$33,20 milhões em 31 de dezembro de 2015, aumentando 19,1% em comparação com R\$27,88 milhões em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento decorre da geração operacional de caixa.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2015, as contas a receber de clientes no circulante totalizaram R\$36,01 milhões, representando uma redução de 23,3% ou R\$10,91 milhões, em relação ao montante de R\$46,92 milhões em 31 de dezembro de 2014.

O contas a receber (curto e longo prazo) encerrou o exercício de 2015 em R\$54,02 milhões, R\$5,76 milhões menor do que em 31 de dezembro de 2014. Os principais fatores que causaram essa variação são:

(i) Redução pela transferência para ativo intangível do fundo de comércio da loja da República do Líbano, R\$10,5 milhões;

(ii) Redução pelo recebimento de imóveis para quitação de dívidas de clientes, R\$2,8 milhões;

(iii) Redução pela concessão de descontos financeiros no pagamento de duplicatas, R\$2,4 milhões;

(iv) Redução pelo aumento da provisão para devedores duvidosos, R\$1,8 milhão;

(v) As reduções acima comentadas foram parcialmente compensadas pela redução na provisão para ajuste a valor presente, R\$0,5 milhões; e

(vi) Demais variações que compensaram as reduções acima, R\$2,1 milhões.

Estoques

Os estoques totalizaram R\$25,95 milhões em 31 de dezembro de 2015, aumentando 14,4% ou R\$3,26 milhões, em comparação com os R\$22,69 milhões em 31 de dezembro de 2014. A variação ocorreu devido a compras estratégicas de matéria-prima.

Adiantamento e antecipações

Não houve variação significativa nesta conta.

Empréstimos concedidos

Referem-se a empréstimos concedidos por nós a clientes, com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de revendas autorizadas e exclusivas. Os empréstimos têm remuneração média de 9,21% ao ano. Em garantia destas operações possuímos cartas de fiança dos sócios das lojas, bem como garantias hipotecárias em primeiro grau.

No curto prazo, os empréstimos concedidos totalizaram R\$3,84 milhões em 31 de dezembro de 2015, 31,5% maior ou R\$0,92 milhão, em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2014, R\$2,92 milhões.

No balanço, os empréstimos concedidos totalizaram R\$5,80 milhões em 31 de dezembro de 2015, reduzindo 5,4% ou R\$0,33 milhão em relação a 31 de dezembro de 2014. O aumento do saldo decorre de concessões pontuais que a Companhia realizou durante o exercício de 2014, no total de R\$3,68 milhões, sendo uma parte classificada no longo prazo. Durante o exercício, a companhia recebeu de clientes cerca de R\$1,04 milhão em pagamento de empréstimos concedidos.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas totalizaram R\$0,97 milhão em 31 de dezembro de 2015, aumentando 871,0% ou R\$0,87 milhão em relação ao valor de R\$0,10 milhão em 31 de dezembro de 2014. O aumento decorre, principalmente, da contratação antecipada de algumas despesas de marketing para o exercício de 2016, de forma a nos beneficiarmos de acordos mais competitivos.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar totalizaram R\$6,79 milhões em 31 de dezembro de 2015, aumentando R\$0,37 milhão em relação ao valor de R\$6,43 milhões em 31 de dezembro de 2014. Não houve variação significativa desse saldo.

Outros ativos circulantes

Os outros ativos circulantes totalizaram R\$1,74 milhão em 31 de dezembro de 2015, diminuindo R\$0,15 milhão em relação ao valor de R\$1,89 milhão em 31 de dezembro de 2014. Nesta conta estão registrados os seguintes créditos a receber:

(i) prêmio bancário a receber por meio de parceria junto a instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos, por financiamentos realizados por clientes através de nossa rede de revendedores exclusivos; e,

(ii) valores a receber de lojistas referentes à cooperação em campanhas de marketing.

Ativo Não Circulante

Aplicações Financeiras

A Companhia encerrou o exercício com R\$4,45 milhões de saldo em aplicações financeiras de longo prazo. Essa aplicação possui vencimento em 17/03/2017, está indexada a 105% do DI e somente poderá ser resgatada após o vencimento.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo do contas a receber de clientes no não circulante totalizou R\$18,02 milhões, apresentando um aumento de 40,0% ou R\$5,15 milhões, em relação ao montante de R\$12,87 milhões em 31 de dezembro de 2014. Esta variação ocorreu, principalmente, devido à renegociação de saldos a receber de clientes. A variação do contas a receber, pode ser visualizada nas explicações dessa linha no curto prazo.

Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos totalizaram R\$1,96 milhão em 31 de dezembro de 2015, diminuindo 38,9% ou R\$1,25 milhão em comparação aos R\$3,21 milhões em 31 de dezembro de 2014. A redução no saldo decorre do prazo de vencimento das parcelas, conforme pode ser observado na explicação desta rubrica no curto prazo.

Ativo mantido para venda

O ativo não circulante mantido para venda está composto substancialmente por terrenos, apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. Possuímos acordo com corretores especializados em vendas de imóveis e acreditamos que no curto prazo poderemos realizar a venda de tais ativos. Os valores são mantidos ao custo de aquisição sendo inferiores aos seus valores de mercado. O ativo mantido para venda totalizou R\$6,95 milhões em 31 de dezembro de 2015, reduzindo R\$2,11 milhões em relação aos R\$9,06

milhões em 31 de dezembro de 2014. Essa redução ocorreu, principalmente, pela venda de ativos no exercício.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos totalizou R\$15,11 milhões em 31 de dezembro de 2015, diminuindo 12,1% em relação ao valor de R\$17,19 milhões em 31 de dezembro de 2014. Essa redução ocorreu, principalmente, pelo aumento na diferença nas bases da depreciação fiscal e societária, que possui saldo passivo, fazendo com que seu aumento, reduza o saldo dessa rubrica predominantemente ativo. A diferença de bases decorre, principalmente, pela aquisição de bens do ativo permanente.

Impostos a recuperar

Não houve variação significativa nesta conta.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais totalizaram R\$4,89 milhões em 31 de dezembro de 2015, aumentando R\$0,92 milhão em relação aos R\$3,97 milhões em 31 de dezembro de 2014. Os aumentos decorrem, principalmente, de processos trabalhistas e cíveis nos quais a empresa foi citada.

Outros ativos não circulantes

Os outros ativos não circulantes totalizaram R\$0,34 milhão em 31 de dezembro de 2015 e R\$0,53 milhão em 31 de dezembro de 2014. Não houve variação significativa nessa conta.

Investimentos

Não houve variação significativa nesta conta.

Imobilizado

Nosso imobilizado totalizou R\$83,28 milhões em 31 de dezembro de 2015, diminuindo 1,9% em relação aos R\$84,90 milhões em 31 de dezembro de 2014. A redução decorre, principalmente, pela depreciação do imobilizado em maior nível do que as aquisições realizadas em 2015.

Intangível

Nosso intangível totalizou R\$23,17 milhões em 31 de dezembro de 2015, diminuindo R\$5,10 milhões em relação aos R\$28,27 milhões em 31 de dezembro de 2014. A redução decorre, principalmente, da amortização do fundo de comércio.

Passivo Circulante**Fornecedores**

Nosso saldo com fornecedores totalizou R\$2,20 milhões em 31 de dezembro de 2015, reduzindo 46,7% ou R\$1,93 milhão em comparação aos R\$4,13 milhões em 31 de dezembro de 2014. Essa redução decorre, principalmente, do menor saldo em aberto de fornecedores de matéria-prima, que tiveram grande volume de compras em outubro, de forma a não ser necessária a renovação do estoque para os primeiros meses de 2016.

Obrigações tributárias

Nossas obrigações tributárias totalizaram R\$3,82 milhões em 31 de dezembro de 2015, diminuindo 31,9% ou R\$1,79 milhão em comparação aos R\$5,61 milhões em 31 de dezembro de 2014. A variação decorre, principalmente, da redução do saldo a pagar referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) do Juro sobre Capital Próprio (JCP), pois em 2014 ele foi declarado no terceiro decêndio de dezembro, sendo recolhido em janeiro, já em 2015, o JCP foi declarado no segundo decêndio, sendo recolhido ainda no mês de dezembro. Além do efeito do IRRF sobre o JCP, a variação na receita de dezembro também afetou o saldo a recolher dos impostos incidentes sobre ela (INSS, PIS, Cofins, CPRB).

Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de Juros sobre o Capital Próprio a pagar totalizou R\$6,77 milhões, diminuindo 25,3% ou R\$2,30 milhões quando comparado com os R\$9,07 milhões em 31 de dezembro de 2014. A distribuição de Juros sobre o Capital Próprio foi declarada no dia 11 de dezembro de 2015, conforme ata da 30ª Reunião do Conselho de Administração.

Salários e encargos sociais

Nossos salários e encargos sociais totalizaram R\$4,69 milhões em 31 de dezembro de 2015, diminuindo 22,4% ou R\$1,36 milhão em comparação com os R\$6,05 milhões em 31 de dezembro de 2014. A queda decorre da redução do número de funcionários.

Adiantamentos de clientes

Nosso saldo de adiantamento de clientes totalizou R\$33,61 milhões em 31 de dezembro de 2015, aumentando 15,1% ou R\$4,41 milhões em relação aos R\$29,20 milhões em 31 de dezembro de 2014. A variação é decorrente, principalmente, do adiantamento de vendas realizadas na operação de Unicasa Indústria, principalmente, em virtude de alterações em nossas políticas comerciais.

Provisões

Nessa rubrica está registrada a provisão para encerramento de relação comercial com revendedor, conforme fato relevante divulgado em 28 de novembro de 2014, que totalizou R\$9,47 milhões em 31 de dezembro de 2015, diminuindo 42,2% ou R\$6,92 milhões em relação aos R\$16,40 milhões em 31 de dezembro de 2014. Essa redução decorre da realização da provisão pela entrega das mercadorias aos clientes.

Outros passivos circulantes

Essa rubrica totalizou R\$2,10 milhões em 31 de dezembro de 2015, aumentando R\$1,59 milhão em comparação aos R\$0,51 milhão em 31 de dezembro de 2014. A variação decorre, principalmente, do saldo já adiantado pelos lojistas de valores referentes à cooperação em campanhas de marketing do exercício de 2016.

Passivo Não Circulante**Provisões**

Nossas provisões para contingências totalizaram R\$6,64 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$6,12 milhões em 31 de dezembro de 2014. Não ocorreram variações significativas nesta conta.

Patrimônio Líquido

O nosso patrimônio líquido totalizou R\$198,49 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$192,89 milhões em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento de 2,9% ou R\$5,60 milhões é decorrente da destinação do lucro do exercício.

Análise de nossos fluxos de caixa referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

A tabela abaixo demonstra os componentes do nosso fluxo de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, além das variações percentuais para os respectivos períodos.

	2017	2016	2015	AH 17/16 (%)	AH 16/15 (%)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	3.482	10.146	22.996	-65,7%	-55,9%
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(1.841)	(8.744)	(8.602)	-78,9%	1,7%
Fluxo de caixa (aplicado)/gerado nas atividades de financiamento	-	(6.774)	(9.069)	-100,0%	-25,3%
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	1.641	(5.372)	5.325	-130,5%	-200,9%

Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$29,47 milhões em 31 de dezembro de 2017, aumentando R\$1,64 milhão ou 5,9% em comparação aos R\$27,83 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2016 houve uma diminuição de R\$5,32 milhões ou -16,2% em comparação com os R\$33,20 milhões em 31 de dezembro de 2015.

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, nosso caixa líquido gerado pelas atividades operacionais atingiu o valor de R\$3,48 milhões, R\$10,15 milhões e R\$23,00 milhões, respectivamente. Um dos principais efeitos da redução da geração operacional de caixa em relação a 2016 ocorreu devido à redução da receita.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento foi de R\$1,84 milhão, queda de R\$6,90 milhões em relação aos R\$8,74 milhões aplicados em 31 de dezembro de 2016. No exercício de 2016, o aumento foi de R\$0,14 milhão em relação aos R\$8,60 milhões aplicados em 31 de dezembro de 2015.

Fluxo de caixa (aplicado) gerado nas atividades de financiamento

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não houve movimentação nessa rubrica. Em 31 de dezembro de 2016 houve o pagamento de R\$6,77 milhões a títulos de juro sobre capital próprio.

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não possui saldo de empréstimos e financiamentos a pagar.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relacionamento comercial com o Banco Santander (Brasil) S.A. e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro, incluindo convênio de Cessão de Crédito e Crédito Direto ao Consumidor celebrado em maio de 2010 e renovado em setembro de 2017, com vencimento em agosto de 2018, para a promoção dos produtos e serviços da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Santander Financiamentos”) perante os revendedores Exclusivos e seus respectivos clientes. Essas operações não representam dívida à Companhia, pois o financiamento é realizado diretamente entre os clientes finais e o Santander Financiamentos, com taxas e prazos de financiamento que variam para cada cliente. Pela promoção da contratação de operações de financiamento ou cessão de direitos creditórios, a Companhia recebe uma remuneração variável baseada, principalmente, no volume de negócios realizados com os clientes finais e com os revendedores Exclusivos.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas.

(iv) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Existem limitações apenas quanto aos valores dessas operações, cuja autorização é de competência do Conselho de Administração, conforme descrito no Artigo 22 do Estatuto Social.

10.2. Os diretores devem comentar:**(a) resultados das operações do emissor, em especial:****(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:****Receita Bruta de Vendas**

É composta por nossa receita bruta de vendas realizadas tanto no mercado interno quanto no mercado externo, de móveis planejados por meio de revendas Exclusivas, lojas Multimarcas e Lojas Próprias, através das marcas Dell Anno, Favorita, New, Casa Brasileira e do segmento de venda Unicasa Corporate. A receita de venda de produtos é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quanto aos riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

Mercado externo

As vendas no mercado externo correspondem às vendas de nossos produtos no exterior, nos seguintes 15 países: Angola, Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Emirados Árabes Unidos, Egito, Estados Unidos da América, Martinica, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Deduções**Impostos sobre vendas**

Sobre a receita bruta de vendas no mercado interno incidem tributos não cumulativos diretos como o PIS, à alíquota de 1,65% e a COFINS, à alíquota de 7,6%. Além desses, também incidem o ICMS, com alíquota de 7% a 19% dependendo do estado de destino, bem como o IPI à alíquota de 5% e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta à alíquota de 1% até 30 de novembro de 2015 e 2,5% a partir de 01 de dezembro de 2015, conforme Lei nº 13.161, de 31 de agosto de 2015. Sobre a receita de nossas vendas para o mercado externo não há incidência de PIS, COFINS, IPI, ICMS e CPRB.

Devoluções e Abatimentos

As devoluções ocorrem quando nossos clientes decidem substituir total ou parcialmente produtos eventualmente avariados ou em desacordo com o pedido. Os abatimentos,

originados pelas devoluções, são concedidos na forma de créditos a serem deduzidos no título de crédito correspondente ou descontados em pedidos futuros. Historicamente as devoluções e abatimentos não são relevantes, correspondendo a 0,2%, 0,3% e 0,3% de nossa receita líquida de vendas dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, respectivamente.

Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos monetários de curto prazo e de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante. Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, apenas as transações de contas a receber de clientes e empréstimos concedidos a clientes foram consideradas materiais e ajustadas a seu valor presente. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros de mercado (Selic), aplicado sobre o prazo de vencimento de cada parcela da venda, que reflete o risco de cada transação dos respectivos ativos.

Despesas e Receitas operacionais

Despesas com vendas

As nossas maiores despesas com vendas estão relacionadas a:

- (i) propaganda e marketing, feiras e exposições;
- (ii) gastos com pessoal;
- (iii) outras despesas gerais, tais como: viagens e estadias, despesas com clientes e amortização e aluguel de pontos comerciais;
- (iv) serviços de terceiros tais como: fretes sobre as vendas dos nossos produtos, assessorias e serviços de montagem de móveis;
- (v) comissões sobre vendas para nossos representantes comerciais autônomos e para nossos vendedores das lojas próprias; e,
- (vi) despesas com depreciação e amortização.

Despesas administrativas

As despesas gerais e administrativas estão relacionadas a:

(i) gastos com pessoal;

(ii) serviços de terceiros tais como: serviços jurídicos, auditores externos e consultorias diversas, despesas de informática e manutenção dos sistemas de gestão e controle;

(iii) outras despesas gerais, tais como: indenização a consumidores e lojistas e provisões; e

(iv) depreciações.

Outras receitas operacionais, líquidas

Nossas outras receitas operacionais, líquidas decorrem principalmente de:

(i) prêmio bancário sobre as receitas financeiras auferidas pelo banco que financia nossos consumidores finais, conforme convênio celebrado com instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos;

(ii) valores a receber de lojistas pelo direito de revenda de produtos da Companhia; e,

(iii) resultado da venda de ativos mantidos para venda.

Despesas financeiras

Nossas despesas financeiras incluem principalmente gastos com IOF e tarifas bancárias, juros sobre financiamentos, descontos concedidos, variações cambiais e ajuste a valor presente calculado sobre parcelamentos a receber de clientes e empréstimos concedidos.

Receitas financeiras

Nossas receitas financeiras incluem principalmente juros moratórios recebidos de clientes provenientes de pagamento de duplicatas com atraso, variações cambiais e rendimento sobre aplicações financeiras, além do ajuste a valor presente calculado sobre os ativos de curto e longo prazo.

Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15,0%, acrescidas do adicional de 10,0% sobre o lucro tributável que exceder R\$0,24 milhão para Imposto de Renda e 9,0% sobre o lucro tributável para Contribuição Social.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para anular a diferença temporária entre base fiscal e societária.

(ii) Fatores que alteram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da companhia vem sendo afetado, principalmente, pelas provisões e pela queda na receita bruta.

Receita Bruta ex-IPI

Abaixo segue quadro comparativo da receita de nossas marcas e canais nos últimos três exercícios:

Receita Bruta de Vendas Ex-IPI	2017	2016	2015
Receita Bruta de Vendas (menos IPI)	207.799	245.359	287.167
Mercado Interno	201.741	240.072	278.080
Dell Anno e Favorita - Exclusiva e Lojas Próprias	112.662	129.266	155.193
New e Casa Brasileira Revendas Exclusivas	52.212	67.450	80.728
New e Casa Brasileira Multimarca	23.880	30.523	32.832
Unicasa Corporate	10.505	10.019	6.345
Outras Receitas	2.482	2.814	2.982
Mercado Externo	6.058	5.287	9.087

A variação da receita passa por algumas decisões que a Companhia tomou ao longo dos últimos exercícios e, claramente, pela recessão econômica em que o país se encontra.

A rede de distribuição da Companhia passou por um momento de reestruturação, conduzida pela Administração, onde ocorreram diversos fechamentos de operações pequenas e, também vêm sendo reduzida devido à deterioração econômica, que levou diversos lojistas nossos a fecharem suas atividades. Desde 2015, a rede de distribuição da Unicasa foi reduzida em 202 operações Exclusivas.

Provisões

Em 2017 as despesas com provisões foram responsáveis por R\$4,9 milhões de reais em impacto nas despesas operacionais (efeito líquido de IR: R\$3,3 milhões). Em 2016 as despesas com provisões foram responsáveis por R\$18,7 milhões de reais em impacto nas despesas operacionais (efeito líquido de IR: R\$12,3 milhões). Em 2015, o efeito das provisões foi de R\$11,9 milhões de reais (líquido do IR: R\$ 7,9 milhões). O impacto das provisões, antes do imposto de renda, nos últimos três exercícios foi:

Valores registrados no resultado	2017	2016	2015
Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	(3.356)	6.288	525
Provisão para encerramento de relação comercial	6.767	-	1.301
Provisão para obsolescência	53	(226)	(46)
Provisão para devedores duvidosos	1.550	11.323	10.116
Provisão para perdas com avais	-	-	-
Outras provisões	(68)	1.290	-
Total	4.946	18.675	11.896

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A Companhia não prevê variações significativas dos preços que pratica, procurando manter-se competitiva dentro do atual cenário; no entanto, se os índices inflacionários tiverem variação acentuada durante o exercício de 2018, está preparada para reajustar seus preços em paridade com a variação desses índices; no que tange à taxa de câmbio, também não prevê grande incremento da receita, eis que o mercado externo representa pouco mais de 3% da sua receita total.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A Companhia aumentou seu estoque estratégico de matérias primas para fazer frente às possíveis flutuações bruscas tanto do preço dos principais insumos adquiridos no mercado nacional quanto das matérias primas importadas; em paralelo, vem substituindo insumos cotados em moeda estrangeira por equivalentes nacionais; se os índices inflacionários tiverem variação acentuada durante o exercício de 2018, está preparada para reajustar seus preços em paridade com a variação desses índices e seus efeitos no custo dos seus produtos; a Companhia não tem dívidas bancárias, de forma que o impacto do crescimento das taxas de juros não será significativo no resultado operacional.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Conforme comentado na seção 6.5 deste formulário de referência, em 08 de outubro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a constituição da Unicasa Comércio de Móveis Ltda, sendo ela constituída com 100% de capital oriundo de investimentos da Companhia. Os efeitos dessa participação acionária podem ser observados na linha de investimentos no balanço da Controlada e no balanço Consolidado. Seus efeitos são registrados através do método da equivalência patrimonial, conforme estabelece o CPC 18.

(c) eventos ou operações não usuais

Conforme comentado na Mensagem da Administração contida no item 10.1, no 4T16 a Companhia decidiu reduzir o escopo do projeto de lojas próprias. Dessa forma, o ativo fiscal diferido de nossa Controlada, Unicasa Comércio de Móveis Ltda., foi revertido, pois não há expectativa de que a operação remanescente gerará lucros tributáveis futuros suficientes, nos próximos 10 anos, para amortizar o prejuízo fiscal acumulado da operação, procedimento em concordância com o estabelecido pela Instrução CVM 371. Essa reversão impactou o resultado na linha de IR/CS em R\$6,7 milhões.

10.4 Os diretores devem comentar:

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Nossas demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com base nos pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), normas da CVM, observando as diretrizes contábeis manadas da Lei das Sociedades por Ações, que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei 11.638 e pela Lei 11.641 e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Não houve modificação nas práticas contábeis por nós adotadas na elaboração de nossas Demonstrações Financeiras relativas aos três últimos exercícios fiscais, as quais foram elaboradas com

base nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Estas demonstrações, portanto, estão apresentadas em bases consistentes.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alterações em práticas contábeis sobre as Demonstrações Financeiras referentes aos três últimos exercícios fiscais.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não temos ressalvas presentes nos pareceres emitidos por nossos auditores independentes para os três últimos exercícios fiscais.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A preparação das Demonstrações Financeiras da Companhia requer que nós diretores, em conjunto com a Administração da Companhia, façamos julgamentos e estimativas e adotemos premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das Demonstrações Financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos

advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera.

O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia e de suas filiais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

Na data deste documento, não tínhamos quaisquer ativos, passivos ou operações não registrados nas nossas Demonstrações Financeiras, incluindo *off-balance sheet items*.

(b) outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das Demonstrações Financeiras do emissor

Não há outros itens não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras.

(b) natureza e propósito da operação

Não há outros itens não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há outros itens não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor:

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nos últimos três exercícios sociais, realizamos investimentos visando à modernização de nosso parque fabril. Ampliamos nosso prédio industrial e adquirimos máquinas e equipamentos com novas tecnologias que nos possibilitaram o aumento da produtividade de nossa planta fabril. Com estes investimentos temos capacidade instalada suficiente para atender a uma demanda superior à que estamos operando, sem a necessidade de grandes investimentos em maquinário.

Na tabela abaixo informamos os investimentos realizados no ativo imobilizado e no intangível nos últimos três exercícios sociais:

CAPEX	2017	2016	2015
Imobilizado	6.061	7.401	3.870
Intangível	278	1.010	286
Total	6.339	8.411	4.156

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia tem condições financeiras de concluir todos os investimentos em andamento, bem como realizar os previstos para os próximos anos, com recursos próprios.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não possuímos quaisquer desinvestimentos relevantes em andamento ou desinvestimentos previstos.

(b) desde que já divulgada, aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não existem planos e/ou projetos já divulgados para aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

(c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

(ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados;

(iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Nossos projetos de pesquisa estão voltados tanto para a melhoria dos produtos existentes e lançamento de produtos inovadores quanto para a otimização das etapas do processo produtivo utilizados em nosso processo de fabricação. Entre eles destacamos:

(i) implantação de tecnologias para acabamentos próximos das técnicas manuais de fabricação, como a marcenaria, visando maior personalização e qualidade do produto final;

(ii) melhorias no sistema de produção *just in time* viabilizando a produção de produtos de acordo com os pedidos dos clientes;

(iii) melhoria do *layout* dos setores de produção visando maior eficiência do fluxo produtivo;

(iv) melhoria nos sistemas para o controle de acondicionamento de peças e acessórios embarcados juntos com os módulos de móveis;

(v) busca de diferenciais competitivos em parceria com os fornecedores para padronagem dos desenhos, cores, texturas, modulação, sistemas de ferragens, acessórios, acabamentos e complementos; e

(vi) pesquisas de mercado para avaliação do posicionamento e de preferência dos consumidores para cada marca.

Ao longo dos seis meses utilizados para o desenvolvimento de cada coleção as ações e pesquisas acima descritas, que servem como orientação para todos os envolvidos no processo produtivo tais como: fornecedores, colaboradores, lojistas, especificadores, designers e arquitetos, bem como para a preparação e planejamento da participação em feiras e eventos do segmento moveleiro. Essas atividades nos permitiram elevar a produtividade, minimizar o desperdício de matéria prima, melhorar o controle de custos e prazos de embarque, elaborar um planejamento eficaz do quadro de pessoal envolvido no processo produtivo e expandir em melhorias e soluções inovadoras as linhas comercializadas, aumentando assim também nosso ganho de mercado, com maior assertividade de posicionamento e aceitação junto ao público pretendido por cada marca.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 totalizaram R\$1,27 milhão, R\$1,58 milhão e R\$1,14 milhão respectivamente.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4. ANEXO III – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

Nossa política de remuneração está em linha com as melhores práticas de governança, com os objetivos estratégicos de nossos acionistas e com nossos desafios de crescimento e posicionamento competitivo frente a nossos maiores competidores (nacionais e internacionais), no curto e no longo prazo. A nossa política de remuneração tem por objetivo a remuneração satisfatória de nossos administradores, de forma a garantir a retenção de profissionais qualificados em nossa Administração, bem como busca o equilíbrio entre os objetivos da organização, a estratégia de negócios e as práticas de mercado.

Em nosso entendimento, a remuneração atribuída aos Diretores e membros do Conselho de Administração é compatível com a de cargos semelhantes em outras companhias com as mesmas características da nossa, dentro e fora de nosso setor de atuação.

A política de remuneração dos membros do Conselho Fiscal, foi estabelecida segundo a legislação existente. A Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam remuneração de, no mínimo, 10% do valor médio pago a cada Diretor.

Ainda, não possuímos quaisquer comitês de apoio à Diretoria ou ao Conselho de Administração. Durante os exercícios de 2011 não possuíamos Conselho de Administração. Esse foi instaurado a partir de 2012.

Não há aprovação formal da política de remuneração.

(b) Composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração dos nossos Diretores é composta apenas por parcela fixa. A remuneração fixa tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo internamente

e externamente, buscando compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de nossos Diretores. Adicionalmente, os Diretores que não são nossos acionistas fazem jus aos seguintes benefícios:

- (i) Plano de Assistência Médica – atendimento interno;
- (ii) Plano de Saúde;
- (iii) Assistência Odontológica – atendimento interno;
- (iv) Seguro de Vida em Grupo; e
- (v) PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador.

Os benefícios têm por objetivo complementar à remuneração.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Tipo de remuneração	Conselho	Diretoria
Remuneração fixa	100%	100%
Remuneração variável	0%	0%
Total	100%	100%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração dos Diretores e seu reajuste são determinados, anualmente, pela Assembleia Geral, que analisa a responsabilidade de cada cargo da Diretoria, não havendo uma metodologia rígida e preestabelecida.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e seu reajuste são determinados, anualmente, pela Assembleia Geral, não havendo uma metodologia rígida e preestabelecida. Ainda, de acordo com o artigo 34, parágrafo único, do nosso Estatuto Social vigente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos nossos administradores uma participação nos lucros, nos termos do § 1º, do artigo 152, da Lei das Sociedades por Ações. A remuneração composta por uma parcela fixa e por benefícios diretos e indiretos busca:

- (i) alinhar os interesses dos executivos com os nossos objetivos de curto, médio e longo prazo; e

(ii) o recrutamento e retenção dos profissionais adequados às nossas necessidades.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

A Sra. Kelly Zietolie, Diretoria Vice-Presidente renunciou à remuneração. No Conselho de Administração, o Sr. Gelson Luis Rostirolla e o Sr. Alexandre Grendene Bartelle renunciaram à remuneração. O Sr. Frank Zietolie é remunerado como Diretor Presidente e Comercial, tendo renunciado à remuneração como Conselheiro.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Adotamos como medida de desempenho dos administradores, indicadores empresariais qualitativos e quantitativos, sendo que os principais indicadores que utilizamos são o lucro líquido apurado em cada exercício e o EBITDA.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Considerando os indicadores que são utilizados por nós, em consonância com o Estatuto Social vigente, por deliberação da Assembleia Geral anual, a remuneração é atribuída pelo desempenho global dos administradores, em cada exercício social.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrito procura incentivar os administradores a buscar a melhor rentabilidade dos nossos investimentos e projetos desenvolvidos, de maneira a alinhar os interesses destes com os nossos interesses de curto, médio e longo prazos. Em uma perspectiva de curto prazo, buscamos obter tal alinhamento por meio da atribuição da remuneração fixa e pacote de benefícios compatíveis com o mercado.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável. A totalidade da remuneração dos nossos administradores é paga diretamente pela controladora, Unicasa Indústria de Móveis S.A.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.

Conforme item 13.1 a), a Companhia não possui política de remuneração formalizada e não há comitês ou órgãos estatutários destinados à apreciação desse assunto.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração da diretoria é avaliada anualmente pelo departamento de recursos humanos da Companhia, identificando, através de benchmarking com empresas de porte semelhante, remunerações comparáveis.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente o Conselho de Administração estipula a remuneração da diretoria baseado nos valores de mercado, conforme identificado no item anterior.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente (2018) - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
Membros remunerados	2,00	2,00	0,00	4,00
Remuneração fixa anual	240.000,00	1.480.000,00	0,00	1.720.000,00
Salário ou pró-labore	240.000,00	1.480.000,00	0,00	1.720.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cesação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação		O Diretor Vice-Presidente não será remunerado		
Total da remuneração	240.000,00	1.480.000,00	0,00	1.720.000,00

Remuneração total para o Exercício Social corrente (2017) - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,00	3,00	1,00	9,00
Membros remunerados	1,67	2,00	1,00	4,67
Remuneração fixa anual	200.000,00	855.000,00	86.400,00	1.141.400,00
Salário ou pró-labore	200.000,00	855.000,00	86.400,00	1.141.400,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cesação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente	O Diretor Vice-Presidente não será remunerado	O número de membros e membros remunerados corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente	
Total da remuneração	200.000,00	855.000,00	86.400,00	1.141.400,00

Remuneração total para o Exercício Social encerrado (2016) - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
Membros remunerados	1,00	2,00	3,00	6,00
Remuneração fixa anual	120.000,00	1.613.265,57	253.200,00	1.986.465,57
Salário ou pró-labore	120.000,00	1.613.265,57	253.200,00	1.986.465,57
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cesação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação		O Diretor Vice-Presidente não teve nenhuma remuneração		
Total da remuneração	120.000,00	1.613.265,57	253.200,00	1.986.465,57

Remuneração total para o Exercício Social encerrado em 31/12/2015 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
Membros remunerados	1,00	2,00	3,00	6,00
Remuneração fixa anual	15.999,94	1.591.241,80	160.800,00	1.768.041,74
Salário ou pró-labore	15.999,94	1.591.241,80	160.800,00	1.768.041,74
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cesação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação		O Diretor Vice-Presidente não teve nenhuma remuneração		
Total da remuneração	15.999,94	1.591.241,80	160.800,00	1.768.041,74

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração variável. O número de membros de cada órgão apresentado nas tabelas a seguir corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, para o cada exercício encerrado em 31 de dezembro nos anos abaixo indicados.

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente (2018) - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	-	8
Membros remunerados	-	-	-	-
Bônus (em R\$ mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total da remuneração variável (em R\$mil)	-	-	-	-

OBS: Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

Remuneração total para o Exercício Social encerrado em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	1	9
Membros remunerados	2	2	1	5
Bônus (em R\$ mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total da remuneração variável (em R\$mil)	-	-	-	-

OBS: Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

Remuneração total para o Exercício Social encerrado em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	3	11
Bônus (em R\$ mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total da remuneração variável (em R\$mil)	-	-	-	-

Remuneração total para o Exercício Social encerrado em 2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	3	11
Bônus (em R\$ mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total da remuneração variável (em R\$mil)	-	-	-	-

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não aplicável. A Companhia não possui plano de remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária baseado em ações, em vigor no último exercício social e para o exercício social corrente.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

13.9 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Acionista/Quotista ⁽¹⁾	Quantidade Total de Ações			% do Capital Social Total
	2017	2016	2015	2017
Conselho de Administração	36.811.210	33.939.165	36.062.343	55,70%
Conselho Fiscal	-	2.000	2.000	0,00%
Diretoria	598.116	598.116	598.116	0,91%
Total	37.409.326	33.676.381	36.662.459	56,61%

⁽¹⁾ Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na Diretoria e no Conselho de Administração, as ações que tal administrador detém estão computadas apenas no Conselho de Administração.

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

Não aplicável, a Companhia não possui plano de previdência em vigor para os membros do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Valores Anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2017	31/12/2016 ⁴	31/12/2015 ¹	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015 ²	31/12/2017 ⁵	31/12/2016	31/12/2015 ³
Número de membros	3,00	3,00	3,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00	3,00
Número de membros remunerados	2,00	2,00	2,00	2,00	1,00	1,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração (Reais)	495.000,00	1.110.720,00	1.104.560,00	120.000,00	120.000,00	15.999,94	28.800,00	84.400,00	53.600,00
Valor da menor remuneração (Reais)	360.000,00	1.110.720,00	486.681,80	80.000,00	120.000,00	15.999,94	28.800,00	84.400,00	53.600,00
Valor médio da remuneração (Reais)	427.500,00	667.258,23	795.620,90	120.000,00	120.000,00	15.999,94	28.800,00	84.400,00	53.600,00

1 - No ano de 2015 foi paga remuneração somente para 2 (dois) diretores. O Diretor Vice-Presidente não teve nenhuma remuneração.

2 - No ano de 2015, apenas um conselheiro recebeu remuneração a partir do mês de novembro, pois sua eleição se deu na Reunião do Conselho de Administração Nº 29 de 12 de novembro de 2015.

3 - No ano de 2015, tivemos a instalação do Conselho Fiscal. Para efeito de cálculos do número de membros foram considerados somente os meses a partir do mês de maio, pois o Conselho Fiscal foi instalado na data de 29 de abril de 2015.

4 - No ano de 2016, para o cálculo da remuneração mínima foi considerado apenas 1 membro da diretoria, pois o diretor comercial renunciou em 31/10/2016 e o diretor financeiro e de RI foi eleito no dia 08/11/2016

5 - Conselho fiscal não instalado, tendo remuneração até o encerramento do mandato em abril.

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não há percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no nosso resultado, referente a membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária que sejam partes relacionadas aos controladores.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

A Companhia não efetuou nenhum pagamento aos membros da Diretoria Estatutária nos 3 últimos exercícios sociais que não seja em relação à função que ocupam. Além disso, durante os exercícios de 2010, 2011 a Companhia não possuía Conselho de Administração, o qual foi instalado em 2012. A Companhia só instalou o Conselho Fiscal a partir do exercício de 2015, e os conselheiros fiscais eleitos não prestaram quaisquer serviços à companhia como consultores, assessores ou de qualquer outra natureza.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável, tendo em vista que não há valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas

da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia.

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A remuneração proposta para 2018 considera a remuneração normalizada para o Diretor Presidente e o respectivo reajuste dos honorários, conforme índices de mercado. Em 2017, o Diretor Presidente abdicou de parte de sua remuneração.

5. ANEXO IV – INFORMAÇÕES SOBRE OS ADMINISTRADORES

Nos termos do Art. 14 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração é composto de, no mínimo, 5 (cinco) membros, e no máximo, 7 (sete) membros. O prazo de gestão dos membros é de dois anos, permitida a reeleição. A eleição dos membros do Conselho observará o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social da Unicasa.

A proposta para Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 27 de abril de 2018 é a eleição de 5 (cinco) membros com ou sem adoção do voto múltiplo, mantendo, assim, o mesmo número de membros do Conselho de Administração atualmente empossados.

Caso não haja pedido de adoção do processo de voto múltiplo e os titulares de ações com direito a voto não exerçam o direito de eleição em separado previsto no art. 141, §4º, da Lei n. 6.404/76, serão eleitos por votação majoritária 5 (cinco) membros para o Conselho de Administração da Companhia, por indicação dos acionistas controladores, conforme abaixo.

Caso haja pedido de ação do processo de voto múltiplo, a cada ação será atribuído 5 (cinco) votos, sendo reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários, na forma do art. 141, da Lei n. 6.404/76. Recebido o pedido de adoção do processo de voto múltiplo e verificado que ele atende ao disposto no art. 141, da Lei n. 6.404/76, a Companhia divulgará, por meio do Sistema IPE, que a eleição do conselho de administração poderá se dar por esse processo.

Na forma do disposto no art. 141, §7º, da Lei n. 6.404/76, independentemente do número de conselheiros que, segundo o estatuto, compoem o Conselho de Administração, caso a eleição do Conselho de Administração se dê pelo sistema do voto múltiplo e, cumulativamente, os titulares de ações ordinárias exercerem a prerrogativa de eleger conselheiro de acordo com o art. 141, §4º, da Lei n. 6.404/76, será assegurado aos acionistas controladores o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um.

Em atendimento ao disposto no Art. 10 da Instrução CVM nº 481/2009, seguem abaixo as informações (itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência) a respeito dos candidatos indicados à reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Item 12.5.a. Nome	Gelson Luis Rostirolla	Alexandre Grendene Bartelle	Frank Zietolie	Daniel Ferreira Maia de Freitas	Thiago Costa Jacinto
Item 12.5.b. Data de Nascimento	14/02/1953	23/01/1950	18/05/1970	13/05/1984	08/07/1985
Item 12.5.c. Profissão	Administrador	Industrial	Administrador	Administrador	Empresário
Item 12.5.d. CPF	148.411.429-91	098.675.970-87	532.184.260-49	320.434.708-76	010.562.761-50
Item 12.5.e. Cargo a ser ocupado	Presidente do Conselho	Vice-Presidente do Conselho	Membro Titular	Membro Titular	Membro Independente ¹
Item 12.5.f. Data da eleição	28/04/2016	28/04/2016	28/04/2016	28/04/2016	26/04/2017
Item 12.5.g. Data da posse	28/04/2016	28/04/2016	28/04/2016	28/04/2016	26/04/2017
Item 12.5.h. Prazo do mandato	Até AG das DF's de 31/12/2017	Até AG das DF's de 31/12/2017	Até AG das DF's de 31/12/2017	Até AG das DF's de 31/12/2017	Até AG das DF's de 31/12/2017
Item 12.5.i. Outras posições na Companhia ¹	N/A	N/A	Diretor Presidente e Comercial	N/A	N/A
Item 12.5.j. Indicação	Controladores	Controladores	Controladores	Controladores	Minoritários ²
Item 12.5.l. Mandatos consecutivos	N/A	2	2	1	N/A
Item 12.9. Relação conjugal/parentesco com administradores ou diretores estatutários	N/A	N/A	Irmão – Kelly Zietolie (Vice-Presidente).	N/A	N/A
Item 12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	N/A	Sócio-quotista da Telasul Indústria de Móveis LTDA	Sócio-quotista da Telasul Indústria de Móveis LTDA	N/A	N/A
Item 12.10. Tipo de Relação do Administrador com a parte relacionada	N/A	Controle	Controle	N/A	N/A
Item 12.10. Tipo de pessoa relacionada	N/A	Fornecedor	Fornecedor	N/A	N/A

¹ - Item 12.5.k. Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: art 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

² - Indicado por Alaska Asset Management.

Item 12.5.m.i, Item 12.5.m.ii – principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e declarações criminais.

Currículo – Gelson Luis Rostirolla

Graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade do Oeste Catarinense (UNOESC). Além disso, exerce o cargo de:

- (i) Diretor Vice-Presidente da Grendene S.A.

Currículo – Alexandre Grendene Bartelle

Bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), atualmente exerce o cargo de Presidente do nosso Conselho de Administração. Além disso exerce os cargos de:

- (i) Presidente do Conselho de Administração Grendene S.A.; Diretor Presidente da Grendene Negócios S.A.;
- (ii) Diretor Vice-Presidente da Telasul S.A.;
- (iii) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Vulcabrás/Azaléia S.A.;
- (iv) Diretor Presidente da Agropecuária Jacarezinho Ltda;
- (v) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Da Mata S.A. – Açúcar e Álcool;
- (vi) Diretor Administrativo da Lagoa Clara Agrícola S.A.;
- (vii) Administrador da Karina Empreendimentos Imobiliários Ltda;
- (viii) Diretor Presidente da AGP Negócios e Participações S.A.;
- (ix) Administrador da Nova Trento Negócios e Participações Ltda;
- (x) Diretor Presidente da Nova Vicenza Negócios e Participações S.A.;
- (xi) Diretor Presidente da Veneza Negócios e Participações S.A.;
- (xii) Diretor Presidente da Alexandre G. Bartelle Participações S.A.;
- (xiii) Diretor Presidente da A3NP – Indústria e Comércio de Móveis S.A.;
- (xiv) Diretor Presidente da MHL Calçados Ltda e ;
- (xv) Diretor Presidente da Nova Milano Investimentos Ltda.

Currículo – Frank Zietolie

Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), atualmente exerce o cargo de Membro Efetivo do nosso Conselho de Administração, Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Além disso, exerce o cargo de:

- (i) Diretor da Telasul S.A.;
- (ii) Sócio Administrador da Zietolie Negócios e Participações Ltda e;
- (iii) LIC Negócios Imobiliários Ltda.

Currículo – Thiago Costa Jacinto

Cursando Economia na Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP). Além disso, exerceu as funções de:

- (i) Trader Júnior na CM Capital Markets Asset Management Ltda;
- (ii) Trade Júnior na Ashmore Brasil Gestora de Recursos Ltda; e
- (iii) Gestor de Renda Variável da TCJ Investimentos Ltda.

Atualmente, exerce o cargo de Analista e Gestor de Renda Variável da Alaska Investimentos Ltda. O Sr. Thiago ocupa o cargo de Conselheiro Fiscal nas Companhias Abertas: Login Logística S/A, Magnesita Refratários S/A, Rumo S/A e Celesc S/A.

Currículo – Daniel Ferreira Maia de Freitas

Bacharel em empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), atualmente exerce o cargo de Membro Efetivo do nosso Conselho de Administração. Além disso, exerce o cargo de:

- (i) Sócio Diretor da Salad Creations e Boali e;
- (ii) Conselho Consultivo do Fundo RPS Capital;
- (iii) Sócio-Fundador da Athon Energia S/A;
- (iv) Sócio-Fundador da Boali Ltda.

Item 12.5.n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

Os conselheiros ora indicados declararam, sob pena de responsabilidade civil e criminal, que nos últimos 5 anos:

a) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo

Gelson Luis Rostirolla	Alexandre Grendene Bartelle	Frank Zietolie	Thiago Costa Jacinto	Daniel Ferreira Maia de Freitas
Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui

b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional

Gelson Luis Rostirolla	Alexandre Grendene Bartelle	Frank Zietolie	Thiago Costa Jacinto	Daniel Ferreira Maia de Freitas
Não possui	Não possui	PAS CVM RJ-2014-10290. Em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Pena aplicada R\$200 mil.	Não possui	Não possui

c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Gelson Luis Rostirolla	Alexandre Grendene Bartelle	Frank Zietolie	Thiago Costa Jacinto	Daniel Ferreira Maia de Freitas
Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui

Os conselheiros ora indicados também declararam, sob pena de responsabilidade civil e criminal, que não se consideram pessoa politicamente exposta (PPE), conforme Resolução nº 16, de 28 de março de 2007 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), que considera pessoas politicamente expostas os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e estreitos colaboradores.

Item 12.6 – Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício social, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Membros do conselho de administração	Reuniões desde a posse	Participação
Alexandre Grendene Bartelle	22	73%
Gelson Rostirolla	12	100%
Frank Zietolie	22	100%
Thiago Costa Jacinto	4	100%
Daniel Ferreira Maia de Freitas	12	100%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável. A Companhia não possui comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável. A Companhia não possui comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

Não aplicável. A Companhia não possui esse tipo de acordo ou reembolso a seus administradores.

12.13. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Para fins do disposto no inciso II do Art. 17 do Regulamento do Novo Mercado da B3, o Conselho de Administração da Companhia declara que o Sr. Thiago Costa Jacinto se caracteriza como independente segundo as disposições do art. 16 do referido Regulamento.